

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	23
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	24
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
Notas Explicativas	50
Proposta de Orçamento de Capital	91

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.440.000
Preferenciais	58.880.000
Total	88.320.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	40.000
Preferenciais	3.183.300
Total	3.223.300

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	19/01/2017	Ordinária		0,72446
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	19/01/2017	Preferencial		0,79690

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.651.870	1.639.962	1.454.523
1.01	Ativo Circulante	625.874	645.067	629.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	186.042	21.429	41.108
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.000	26.247	156.141
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	60.000	26.247	156.141
1.01.03	Contas a Receber	136.061	153.046	103.766
1.01.03.01	Clientes	136.061	153.046	103.766
1.01.04	Estoques	184.899	411.493	299.569
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.205	7.458	23.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.205	7.458	23.487
1.01.07	Despesas Antecipadas	451	645	708
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.216	24.749	5.154
1.01.08.03	Outros	41.216	24.749	5.154
1.01.08.03.01	Outros ativos	12.823	14.131	5.154
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedor de energia	12.082	10.618	0
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros de Hedge	16.311	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.025.996	994.895	824.590
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	324.669	334.290	212.817
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22.190	18.178	12.191
1.02.01.04	Estoques	20.663	18.082	13.369
1.02.01.05	Ativos Biológicos	197.866	188.902	172.939
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.521	31.114	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.521	31.114	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	76.429	78.014	14.318
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	6.774	8.804	10.044
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	5.238	3.231	2.988
1.02.01.09.05	Depósitos para Reinvestimentos	0	0	1.131
1.02.01.09.06	Adiantamento a fornecedor de energia	55.869	65.711	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.09.07	Outros Créditos	8.548	268	155
1.02.02	Investimentos	55.219	53.209	52.667
1.02.02.01	Participações Societárias	55.219	53.209	52.667
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	55.141	53.131	52.589
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	78	78	78
1.02.03	Imobilizado	644.289	605.025	556.535
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	551.875	505.930	483.105
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	92.414	99.095	73.430
1.02.04	Intangível	1.819	2.371	2.571
1.02.04.01	Intangíveis	1.819	2.371	2.571

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.651.870	1.639.962	1.454.523
2.01	Passivo Circulante	173.239	225.630	113.337
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.643	51.347	41.215
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.028	18.960	16.439
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.615	32.387	24.776
2.01.02	Fornecedores	45.225	67.782	45.451
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.225	67.782	45.451
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.616	12.544	12.611
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.178	10.278	8.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	5.056	2.463
2.01.03.01.02	IPi a Recolher	2.901	2.057	1.851
2.01.03.01.03	IRRF a Recolher	1.836	1.855	1.751
2.01.03.01.04	PIS a Recolher	544	149	304
2.01.03.01.05	COFINS a Recolher	2.507	698	1.401
2.01.03.01.06	Outros Impostos Federais	390	463	1.130
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.182	1.875	3.237
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	256	391	474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	689	1.963	1.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	444	1.226	957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	444	1.226	957
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	245	737	469
2.01.05	Outras Obrigações	76.066	91.994	12.634
2.01.05.02	Outros	76.066	91.994	12.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.372	0	6.633
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros de Hedge	0	85.375	0
2.01.05.02.05	Outras obrigações	3.694	6.619	6.001
2.02	Passivo Não Circulante	126.377	82.853	67.735
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	38.680	15.865	12.251

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.670	15.865	11.933
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.670	15.865	11.933
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	10	0	318
2.02.02	Outras Obrigações	310	0	0
2.02.02.02	Outros	310	0	0
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	310	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	12.283
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	12.283
2.02.04	Provisões	87.387	66.988	43.201
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.165	51.604	28.965
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	37.773	25.970	16.826
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.055	4.272	3.729
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	25.934	19.502	5.807
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.403	1.860	2.603
2.02.04.02	Outras Provisões	16.222	15.384	14.236
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	16.222	15.384	14.236
2.03	Patrimônio Líquido	1.352.254	1.331.479	1.273.451
2.03.01	Capital Social Realizado	1.116.677	1.102.073	1.045.478
2.03.04	Reservas de Lucros	188.489	242.070	186.139
2.03.04.01	Reserva Legal	76.444	72.961	64.300
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	26.882	130.129	102.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	108.767	36.059	30.566
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	2.150	28.675	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-25.754	-25.754	-11.232
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.088	-12.664	41.834

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.096.274	936.349	828.366
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-923.536	-582.756	-645.693
3.02.01	Custo dos Bens Vendidos	-947.521	-608.234	-652.411
3.02.02	Ativos Biológicos	23.985	25.478	6.718
3.03	Resultado Bruto	172.738	353.593	182.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-161.984	-133.791	-105.887
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.632	-11.056	-11.087
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.448	-89.229	-73.543
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58.437	-37.390	-25.002
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.533	3.884	3.745
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.754	219.802	76.786
3.06	Resultado Financeiro	27.664	-31.003	24.209
3.06.01	Receitas Financeiras	95.842	30.728	28.615
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.178	-61.731	-4.406
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.418	188.799	100.995
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	31.242	-15.573	-9.586
3.08.01	Corrente	20.751	-30.896	-15.622
3.08.02	Diferido	10.491	15.323	6.036
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.660	173.226	91.409
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.660	173.226	91.409
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7683	1,9106	0,9844
3.99.01.02	PN	0,8451	2,1016	1,0828

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	69.660	173.226	91.409
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59.752	-54.498	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	129.412	118.728	91.409

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	301.827	13.439	159.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	100.474	185.939	137.240
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	69.660	173.226	91.409
6.01.01.02	Juros e Variações Monetárias e Cambiais Líquidas dos Ativos e Passivos	-10.638	-15.028	-1.269
6.01.01.03	Depreciações, Amortizações e Exaustões	57.766	34.055	35.367
6.01.01.04	Exaustão Ativos Biológicos	20.642	20.056	23.689
6.01.01.05	Variação Valor dos Ativos Biológicos	-23.985	-25.478	-6.718
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-5.533	-3.884	-3.745
6.01.01.07	Variação valor justo hedge	-8.118	8.118	0
6.01.01.08	Impostos Diferidos	-10.491	-15.323	-6.036
6.01.01.09	(Reversão) Constituição de Provisões Passivos Eventuais	10.647	7.008	1.726
6.01.01.10	Outros	524	3.189	2.817
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	201.353	-172.500	22.305
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	7.841	-48.477	59.850
6.01.02.02	Estoques	236.651	-101.432	-79.290
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	8.228	20.732	9.756
6.01.02.04	Adiantamento à fornecedor de energia	12.821	-76.329	0
6.01.02.05	Outros Ativos	-26.258	-8.010	3.033
6.01.02.06	Fornecedores	-17.574	22.814	14.572
6.01.02.07	Impostos, taxas e Contribuições Sociais	-14.709	-1.550	2.600
6.01.02.08	Salários e Encargos Sociais	-11.704	18.512	7.817
6.01.02.09	Outros Passivos	6.057	1.240	3.967
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-128.756	31.482	-169.159
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-83.360	-89.713	-84.345
6.02.02	Ativo Biológico	-21.792	-21.379	-20.730
6.02.03	Recebimento pela Venda de Imobilizado	87	353	255
6.02.04	Aplicação Financeira	-115.487	-18.316	-69.215
6.02.05	Resgate de Aplicação	86.187	158.471	4.826

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.06	Depósito para Reinvestimento	0	1.177	-1.048
6.02.07	Dividendos e JCP Recebidos	5.609	889	1.098
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.458	-64.600	-37.752
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-28.675	-53.240	-31.470
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras	23.461	77.880	5.551
6.03.05	Pagamentos a Instituições Financeiras	-3.244	-74.718	-629
6.03.06	Recompra de Ações	0	-14.522	-11.204
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	164.613	-19.679	-47.366
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.429	41.108	88.474
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	186.042	21.429	41.108

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.209	-12.899	0	-105.108
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-10.749	0	-10.749
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-94.359	0	0	-94.359
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	2.150	-2.150	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.660	59.752	129.412
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.660	0	69.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	59.752	59.752
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	59.752	59.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.604	0	38.628	-56.761	0	-3.529
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	53.459	-53.459	0	0
5.06.04	Impostos diferidos	0	0	0	-3.302	0	-3.302
5.06.05	Capitalização de Reservas	14.604	0	-14.831	0	0	-227
5.07	SalDOS Finais	1.116.677	-25.754	214.243	0	47.088	1.352.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.045.478	-11.232	197.371	0	41.834	1.273.451
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.045.478	-11.232	197.371	0	41.834	1.273.451
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-14.522	28.675	-74.853	0	-60.700
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.522	0	0	0	-14.522
5.04.06	Dividendos	0	0	28.675	-28.675	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-46.607	0	-46.607
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	429	0	429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.226	-54.498	118.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.226	0	173.226
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-54.498	-54.498
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-54.498	-54.498
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	56.595	0	41.778	-98.373	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	98.373	-98.373	0	0
5.06.05	Capitalização de Reservas	56.595	0	-56.595	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	985.205	-28	228.759	0	0	1.213.936
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.205	-28	228.759	0	0	1.213.936
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.204	-836	-20.318	0	-32.358
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.204	0	0	0	-11.204
5.04.06	Dividendos	0	0	-836	-633	0	-1.469
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.000	0	-20.000
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	315	0	315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.409	0	91.409
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.409	0	91.409
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	60.273	0	11.282	-71.091	0	464
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	71.091	-71.091	0	0
5.06.05	Capitalização de Reservas	60.273	0	-60.273	0	0	0
5.06.07	Complemento de Reservas	0	0	464	0	0	464
5.07	Saldos Finais	1.045.478	-11.232	239.205	0	0	1.273.451

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	1.342.823	1.147.067	1.028.967
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.292.626	1.145.592	1.018.874
7.01.02	Outras Receitas	50.197	1.475	10.093
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-841.674	-505.054	-498.348
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-389.353	-277.901	-305.882
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-452.321	-227.153	-192.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	501.149	642.013	530.619
7.04	Retenções	-78.408	-54.111	-59.056
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.408	-54.111	-59.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	422.741	587.902	471.563
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.502	34.612	32.360
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.533	3.884	3.745
7.06.02	Receitas Financeiras	39.969	30.728	28.615
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	468.243	622.514	503.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	468.243	622.514	503.923
7.08.01	Pessoal	227.910	237.696	224.692
7.08.01.01	Remuneração Direta	167.484	175.230	180.569
7.08.01.02	Benefícios	42.378	46.939	27.904
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.048	15.527	16.219
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	156.659	196.449	176.598
7.08.02.01	Federais	109.491	146.145	130.463
7.08.02.02	Estaduais	45.886	49.542	45.703
7.08.02.03	Municipais	1.282	762	432
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.014	15.143	11.224
7.08.03.01	Juros	14.014	15.143	11.224
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.660	173.226	91.409
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.899	75.282	20.633
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.761	97.944	70.776

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.657.620	1.645.142	1.461.529
1.01	Ativo Circulante	658.305	677.454	680.824
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192.400	40.641	54.680
1.01.02	Aplicações Financeiras	84.260	42.178	193.653
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	84.260	42.178	193.653
1.01.03	Contas a Receber	136.061	153.046	103.766
1.01.03.01	Clientes	136.061	153.046	103.766
1.01.04	Estoques	185.009	411.603	299.679
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.749	7.905	24.065
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.749	7.905	24.065
1.01.07	Despesas Antecipadas	451	645	708
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.375	21.436	4.273
1.01.08.03	Outros	42.375	21.436	4.273
1.01.08.03.01	Outros ativos	13.982	10.818	0
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedor de energia	12.082	10.618	0
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros de Hedge	16.311	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	999.315	967.688	780.705
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	345.256	352.141	213.247
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	44.226	37.386	12.191
1.02.01.04	Estoques	20.663	18.082	13.369
1.02.01.05	Ativos Biológicos	197.866	188.902	172.939
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.965	29.559	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.965	29.559	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	76.536	78.212	14.748
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	6.774	8.965	10.367
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	5.334	3.327	3.084
1.02.01.09.05	Depósitos para Reinvestimento	0	0	1.131
1.02.01.09.06	Adiantamento a fornecedor de energia	55.869	65.711	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.09.07	Outros Créditos	8.559	209	166
1.02.02	Investimentos	124	124	124
1.02.02.01	Participações Societárias	124	124	124
1.02.03	Imobilizado	652.116	613.052	564.763
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	557.834	512.508	489.883
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	94.282	100.544	74.880
1.02.04	Intangível	1.819	2.371	2.571
1.02.04.01	Intangíveis	1.819	2.371	2.571

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.657.620	1.645.142	1.461.529
2.01	Passivo Circulante	173.712	225.931	114.270
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.671	51.384	41.222
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.028	18.960	16.439
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.643	32.424	24.783
2.01.02	Fornecedores	45.188	67.782	45.439
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.188	67.782	45.439
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.982	12.687	13.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.544	10.421	9.761
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	320	5.136	3.109
2.01.03.01.02	IPi a Recolher	2.901	2.057	1.851
2.01.03.01.03	IRRF a Recolher	1.844	1.878	1.756
2.01.03.01.04	PIS a Recolher	550	155	336
2.01.03.01.05	COFINS a Recolher	2.539	732	1.558
2.01.03.01.06	Outros Impostos Federais	390	463	1.151
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.182	1.875	3.237
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	256	391	474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	689	1.963	1.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	444	1.226	957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	444	1.226	957
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	245	737	469
2.01.05	Outras Obrigações	76.182	92.115	12.711
2.01.05.02	Outros	76.182	92.115	12.711
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.496	113	6.701
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros de Hedge	0	85.375	0
2.01.05.02.05	Outras obrigações	3.686	6.627	6.010
2.02	Passivo Não Circulante	126.464	82.940	69.377
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	38.680	15.865	12.251

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.670	15.865	11.933
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.670	15.865	11.933
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	10	0	318
2.02.02	Outras Obrigações	397	87	87
2.02.02.02	Outros	397	87	87
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições Sociais	397	87	87
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	13.838
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	13.838
2.02.04	Provisões	87.387	66.988	43.201
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.165	51.604	28.965
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	37.773	25.970	16.826
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.055	4.272	3.729
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	25.934	19.502	5.807
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.403	1.860	2.603
2.02.04.02	Outras Provisões	16.222	15.384	14.236
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	16.222	15.384	14.236
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.357.444	1.336.271	1.277.882
2.03.01	Capital Social Realizado	1.116.677	1.102.073	1.045.478
2.03.04	Reservas de Lucros	188.489	242.070	186.139
2.03.04.01	Reserva Legal	76.444	72.961	64.300
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	26.882	130.129	102.505
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	108.767	36.059	30.566
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	2.150	28.675	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-25.754	-25.754	-11.232
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.088	-12.664	41.834
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.190	4.792	4.431

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.096.154	936.230	828.247
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-922.440	-581.649	-644.580
3.02.01	Custo dos Bens Vendidos	-946.425	-607.127	-651.298
3.02.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	23.985	25.478	6.718
3.03	Resultado Bruto	173.714	354.581	183.667
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-168.900	-138.894	-109.381
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.632	-11.056	-11.087
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.371	-90.034	-73.942
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58.897	-37.804	-24.352
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.814	215.687	74.286
3.06	Resultado Financeiro	37.087	-24.300	29.067
3.06.01	Receitas Financeiras	105.387	37.561	33.665
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.300	-61.861	-4.598
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.901	191.387	103.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	28.281	-17.687	-11.658
3.08.01	Corrente	17.790	-33.010	-17.694
3.08.02	Diferido	10.491	15.323	6.036
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.182	173.700	91.695
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.182	173.700	91.695
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.660	173.226	91.409
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	522	474	286
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,7741	1,9158	0,9844
3.99.01.02	PN	0,8515	2,1074	1,0828

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.182	173.700	91.695
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59.752	-54.498	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	129.934	119.202	91.695
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	129.412	118.728	91.409
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	522	474	286

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	300.693	12.839	165.795
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	99.162	185.767	141.273
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	70.182	173.700	91.695
6.01.01.02	Juros e Variação Monetária e Cambiais Líquidas dos Ativos e Passivos	-18.205	-19.759	-1.430
6.01.01.03	Depreciações, Amortizações e Exaustões	57.966	34.256	35.529
6.01.01.04	Exaustão Ativos Biológicos	20.642	20.056	23.689
6.01.01.05	Variação Valor dos Ativos Biológicos	-23.985	-25.478	-6.718
6.01.01.07	Variação valor justo Hedge	-8.118	8.118	0
6.01.01.08	Impostos Diferidos	-10.491	-15.323	-6.036
6.01.01.09	(Reversão) Constituição de Provisões Passivos Eventuais	10.647	7.008	1.726
6.01.01.10	Outros	524	3.189	2.818
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	201.531	-172.928	24.522
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	7.830	-48.477	59.850
6.01.02.02	Estoque	236.651	-101.432	-79.249
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	8.299	20.933	11.086
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedor de energia	12.821	-76.329	0
6.01.02.05	Outros Ativos	-26.279	-8.021	3.049
6.01.02.06	Fornecedores	-17.574	22.805	14.581
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	-14.487	-2.260	3.421
6.01.02.08	Salários e Encargos Sociais	-11.713	18.542	7.807
6.01.02.09	Outros Passivos	5.983	1.311	3.977
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-140.364	37.790	-189.796
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-83.360	-89.713	-84.418
6.02.02	Ativo Biológico	-21.792	-21.379	-20.730
6.02.03	Recebimento pela Venda de Imobilizado	87	353	255
6.02.04	Aplicação Financeira	-123.957	-18.316	-88.681
6.02.05	Resgate de Aplicação	88.658	165.668	4.826
6.02.06	Depósito para Reinvestimento	0	1.177	-1.048

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.570	-64.668	-37.811
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras	23.461	77.880	5.551
6.03.04	Pagamentos a Instituições Financeiras	-28.787	-53.308	-31.529
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-3.244	-74.718	-629
6.03.06	Recompra de Ações	0	-14.522	-11.204
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	151.759	-14.039	-61.812
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.641	54.680	116.492
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.400	40.641	54.680

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479	4.792	1.336.271
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479	4.792	1.336.271
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.209	-12.899	0	-105.108	-124	-105.232
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-10.749	0	-10.749	0	-10.749
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-94.359	0	0	-94.359	-124	-94.483
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	2.150	-2.150	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.660	59.752	129.412	522	129.934
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.660	0	69.660	522	70.182
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	59.752	59.752	0	59.752
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	59.752	59.752	0	59.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.604	0	38.628	-56.761	0	-3.529	0	-3.529
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	53.459	-53.459	0	0	0	0
5.06.04	Impostos diferidos	0	0	0	-3.302	0	-3.302	0	-3.302
5.06.05	Capitalização de Reservas	14.604	0	-14.831	0	0	-227	0	-227
5.07	Saldos Finais	1.116.677	-25.754	214.243	0	47.088	1.352.254	5.190	1.357.444

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.045.478	-11.232	197.371	0	41.834	1.273.451	4.431	1.277.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.045.478	-11.232	197.371	0	41.834	1.273.451	4.431	1.277.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-14.522	28.675	-74.853	0	-60.700	-113	-60.813
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.522	0	0	0	-14.522	0	-14.522
5.04.06	Dividendos	0	0	28.675	-28.675	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-46.607	0	-46.607	-113	-46.720
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	429	0	429	0	429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.226	-54.498	118.728	474	119.202
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.226	0	173.226	474	173.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-54.498	-54.498	0	-54.498
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-54.498	-54.498	0	-54.498
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	56.595	0	41.778	-98.373	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	98.373	-98.373	0	0	0	0
5.06.05	Capitalização de Reservas	56.595	0	-56.595	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.102.073	-25.754	267.824	0	-12.664	1.331.479	4.792	1.336.271

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	985.205	-28	228.759	0	0	1.213.936	4.213	1.218.149
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	985.205	-28	228.759	0	0	1.213.936	4.213	1.218.149
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.204	-836	-20.318	0	-32.358	-68	-32.426
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.204	0	0	0	-11.204	0	-11.204
5.04.06	Dividendos	0	0	-836	-633	0	-1.469	0	-1.469
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.000	0	-20.000	-68	-20.068
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	315	0	315	0	315
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.409	0	91.409	286	91.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.409	0	91.409	286	91.695
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	60.273	0	11.282	-71.091	0	464	0	464
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	71.091	-71.091	0	0	0	0
5.06.05	Capitalização de Reservas	60.273	0	-60.273	0	0	0	0	0
5.06.07	Complemento de Reservas	0	0	464	0	0	464	0	0
5.07	Saldos Finais	1.045.478	-11.232	239.205	0	0	1.273.451	4.431	1.277.882

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	1.343.074	1.147.067	1.030.925
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.292.626	1.145.592	1.018.874
7.01.02	Outras Receitas	50.448	1.475	12.051
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-840.576	-503.897	-498.442
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-388.057	-276.605	-305.802
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-452.519	-227.292	-192.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	502.498	643.170	532.483
7.04	Retenções	-78.608	-54.312	-59.218
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.608	-54.312	-59.218
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	423.890	588.858	473.265
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.514	37.561	33.665
7.06.02	Receitas Financeiras	49.514	37.561	33.665
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	473.404	626.419	506.930
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	473.404	626.419	506.930
7.08.01	Pessoal	228.595	238.285	224.732
7.08.01.01	Remuneração Direta	168.169	175.819	180.609
7.08.01.02	Benefícios	42.378	46.939	27.904
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.048	15.527	16.219
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	160.471	199.142	179.071
7.08.02.01	Federais	113.300	148.793	132.934
7.08.02.02	Estaduais	45.886	49.542	45.703
7.08.02.03	Municipais	1.285	807	434
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.156	15.292	11.432
7.08.03.01	Juros	14.156	15.292	11.432
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.182	173.700	91.695
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	13.023	75.395	20.701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.761	97.944	70.776
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	398	361	218

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****Senhores(as) Acionistas:**

A FERBASA tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em consonância com a legislação em vigor. Acompanham ainda o presente, os relatórios dos Auditores Independentes acerca das Demonstrações Financeiras e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

É sabido que 2016 foi um ano difícil para todos os setores brasileiros, sobretudo, em razão dos fortes efeitos de um ambiente político-econômico extremamente instável e, no caso em particular da FERBASA, o cenário desfavorável foi ampliado pela alta volatilidade nos preços das *commodities* e na taxa de câmbio. Assim, iniciamos o ano com a tarefa de comercializar o nosso estoque excedente de 100 mil toneladas de ferroligas num mercado de baixa demanda e com o setor siderúrgico bastante enfraquecido. Tais fatores levaram a Companhia, no decorrer do exercício, a decidir, ainda, pela venda de parcela de energia elétrica contratada em 2015 no mercado livre, cuja aquisição, vale lembrar, foi preventivamente efetivada ante as incertezas, à época, quanto à renovação do contrato de fornecimento com a CHESF. As condições de mercado também se mostraram desafiadoras em relação às ligas de Silício, que foram comercializadas em níveis muito baixos de preço durante todo o ano, enquanto as de ligas de Cromo, num ano bastante atípico, tiveram oscilações recordes nos preços de referência na Europa, apresentando uma variação negativa equivalente a 21%, e depois positiva de 34%, no 1º e 2º semestre, respectivamente.

A difícil conjuntura de mercado vivenciada no 1º semestre de 2016 culminou em um prejuízo acumulado de R\$ 8,7 milhões, resultado em grande parte minimizado no decorrer do 2º semestre, notadamente, pela intensificação de uma série de ações voltadas à redução dos custos, adequação da condição operacional e organizacional, otimização dos processos e busca pela competitividade do negócio, com destaque para o lançamento do Projeto de Produtividade, extensivo a todas as unidades operacionais da Companhia. Tal projeto é composto por 19 iniciativas orientadas ao ganho de eficiência e outras 42 atreladas à redução do custo médio dos produtos. Estas ações, associadas a uma importante recuperação no preço do Minério de Cromo e do Ferrochromo, possibilitaram uma virada nos resultados da Companhia, fechando-se o ano com um lucro líquido acumulado de R\$ 70,2 milhões.

Dentre as melhorias realizadas nos processos organizacionais, podemos destacar o mapeamento dos processos e a classificação dos riscos da Organização, com base na estrutura e metodologia COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*), bem como o levantamento dos controles das áreas elencadas como prioritárias. Os riscos mapeados foram absorvidos por cinco categorias: estratégico, financeiro, operacional, regulamentar e ambiental, mediante aprovação de uma Política de Gestão de Risco pela Alta Administração.

Com relação à distribuição de dividendos, deliberamos pelo pagamento de R\$ 65,7 milhões, na forma de Juros sobre Capital Próprio (JSCP), utilizando as reservas de lucro da Companhia. Adicionalmente, encaminharemos à Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em abril de 2017, a proposta de pagamento de dividendos obrigatórios e complementares, respectivamente, nos montantes de R\$ 10,7 milhões e R\$ 2,2 milhões. Desta forma, os proventos representarão um *Dividend Yield* de, aproximadamente, 11% para os acionistas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

A seguir, apresentaremos os resultados alcançados durante o ano de 2016, reafirmando o compromisso e o empenho da Administração em identificar oportunidades capazes de produzir vantagens competitivas e de criar mecanismos apropriados ao enfrentamento dos desafios previstos para 2017, especialmente, aqueles relacionados aos cenários mercadológico e econômico.

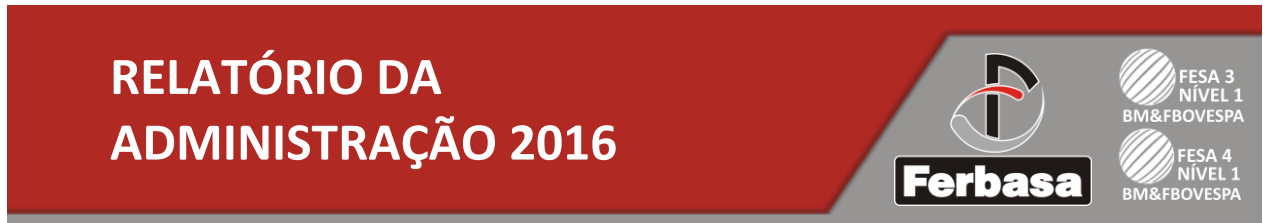
1 DESTAQUES

Na tabela abaixo, apresentamos os principais destaques do exercício 2016, em comparação ao de 2015:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2016	2015	$\Delta\%$
Dólar médio praticado	3,53	3,27	8,0%
Receita líquida	1.096,2	936,2	17,1%
Custo dos produtos vendidos	946,4	607,1	55,9%
<i>Custo sobre receita líquida</i>	86,3%	64,8%	
Lucro bruto	173,7	354,6	-51,0%
<i>Margem bruta</i>	15,8%	37,9%	
EBITDA ajustado	70,0	250,3	-72,0%
<i>Margem EBITDA</i>	6,4%	26,7%	
CAPEX	101,9	111,1	-8,3%
Dividendos/JCP	78,6	75,4	4,2%
Geração (uso) de caixa	151,8	(14,0)	1.184,3%
Lucro Líquido	70,2	173,7	-59,6%
<i>Margem de lucro</i>	6,4%	18,6%	

2 PERFIL CORPORATIVO

Líder em seu segmento, a FERBASA é a única produtora de Ferrocromo integrada das Américas, exercendo as atividades de mineração, metalurgia e produção florestal. Seus principais produtos são as ligas de Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC), Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC), Ferrossilício (FeSi75) e Ferrossilício Cromo (FeSiCr), destinadas, principalmente, ao setor siderúrgico e à produção de aços inoxidáveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dada à verticalização de suas operações, A FERBASA é detentora de mais de 95% das reservas de Cromita do Brasil e, atualmente, opera em dois complexos de produção de minério de cromo, destinado à fabricação de Ferrocromo, que visa atender ao mercado de aços inoxidáveis, doméstico e internacional. No tocante às suas atividades florestais, a Companhia dispõe de uma área total de, aproximadamente, 60 mil hectares, com cerca de 25 mil hectares plantados com florestas de eucalipto, destinadas à produção de biorredutor. Estas atividades, associadas a uma planta metalúrgica composta por 14 fornos elétricos de redução, permitem a produção de ligas de cromo e de silício dentro de elevados padrões de qualidade, buscando, permanentemente, a segurança de seus colaboradores, o respeito ao meio ambiente e a eficiência nos seus processos. Ressalte-se que, em 1986, teve início a produção de Ferrossilício, que viabilizou à Companhia, em 1994, a constituição de uma *joint venture*, em conjunto com as empresas japonesas Marubeni e JMC, para produzir liga de alta pureza, indispensável à produção de chapas de aço eletromagnético (silicioso), amplamente usadas no processo produtivo dos núcleos de grandes transformadores e geradores, além dos demais produtos de aços especiais empregados na fabricação de motores elétricos para carros híbridos e linha branca.

Em Salvador-BA, a FERBASA mantém um escritório corporativo para atendimento a todas as unidades operacionais do grupo, através de processos inter-relacionados e sistemas integrados.

Ademais, destacamos a peculiar e grata condição da Companhia ter como acionista controladora uma entidade filantrópica, a qual beneficia, diretamente, cerca de 3.800 crianças e adolescentes em suas 6 escolas próprias, dedicadas ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Adicionalmente, mantém 3 Programas Socioeducativos voltados a atividades de musicalização, esportes e reforço escolar, que atende a um público infantojuvenil de, aproximadamente, 200 participantes. Este trabalho iniciou-se em 1975, quando o fundador da FERBASA, José Corgosinho de Carvalho Filho, debruçado sobre a urgência de desenvolvimento de ações patrocinadoras de melhoria da qualidade da educação no País, decidiu doar grande parte das ações que possuía da Companhia à Fundação José Carvalho, como meio de garantir a sustentabilidade da Instituição.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A FERBASA adota boas práticas de Governança Corporativa, seguindo princípios rígidos de integridade, equidade e transparência, cuja gestão é estruturada a partir da definição clara das atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. As competências de cada órgão estão delineadas no Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a legislação em vigor.

Com o permanente objetivo de aprimorar a sua Governança, bem como a dinâmica de suas ações, foram constituídos, no final do ano de 2015, três Comitês de assessoramento: Auditoria, Recursos Humanos e Estratégico. Estes comitês são compostos por membros do próprio Conselho de Administração, inclusive membros independentes, cuja participação prioriza as especificidades envolvidas, podendo contar, também, com consultores externos e gestores da própria Companhia. Assim, o ano de 2016 já refletiu essa iniciativa, mediante o encaminhamento de recomendações e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016



contribuições reconhecidamente relevantes às metodologias e à condução dos trabalhos da Alta Administração, especialmente, no tocante as suas principais deliberações.

Em sintonia com as suas Políticas de Divulgação e de Negociação de Valores Mobiliários, a comunicação com o mercado de capitais se constitui em outro ponto de atenção da FERBASA, que mantém, em seu *website*, um canal específico para relacionamento com os investidores, onde são disponibilizadas as informações em português e inglês. Com o mesmo objetivo é publicado, mensalmente, o Boletim FERBASA, com informes referentes ao comportamento das vendas e aos principais acontecimentos do período, além de, periodicamente, realizarmos *webcasts*, *roadshows* e/ou promover reuniões presenciais, em conjunto com a APIMEC, para os seus investidores e analistas.

Deste modo, a Companhia reafirma o seu interesse em zelar por um tratamento justo e igualitário a todos os acionistas, mediante a divulgação de informações realizadas de forma tempestiva e simétrica, em atendimento aos elevados padrões de transparência, de modo a preservar a confiança das partes interessadas.

4 MERCADO E AMBIENTE DE NEGÓCIO

Em 2016, segundo dados da WSA (*World Steel Association*), a produção mundial de aço bruto aumentou 1,2%, em relação ao ano anterior, atingindo 1,608 MMt. Nesse contexto, a Ásia continua liderando com um volume de aço bruto alcançando 1,110 MMt, tendo a China participado com 50,4% dessa produção (807,9 Mt). Já na América do Sul, o volume chegou ao patamar de 40,2 Mt, representando uma redução de 8,3% frente a 2015. O Brasil foi responsável pela produção de 31,2 Mt, registrando uma diminuição de 5,9 % em relação a 2015.

No exercício em referência, a produção mundial de aços inoxidáveis foi de 44,5 Mt, efetivando um acréscimo de 6,7% em relação a 2015. Em termos percentuais, o Brasil apresentou o maior aumento nesse período, com um volume de 14,7% maior do que o do ano anterior, cuja variação influenciou fortemente a estratégia comercial adotada pela FERBASA. A produção da China foi de 23,2 Mt, equivalentes a 52% da produção mundial.

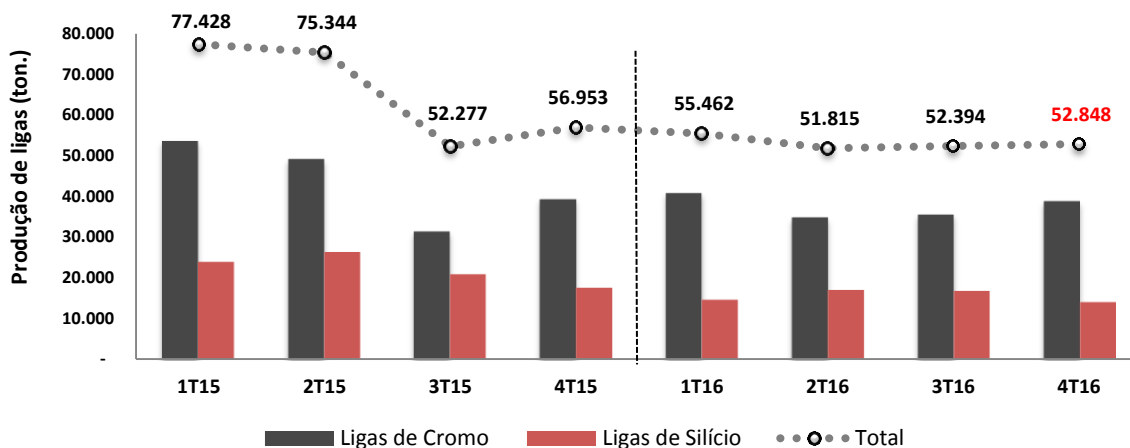
Para o ano de 2017, principalmente nos primeiros meses, a FERBASA espera obter resultados favoráveis em suas operações, sobretudo, em função do aumento dos preços de referências mundiais utilizados como parâmetro na definição dos preços de venda de seus principais produtos. Ademais, a Companhia envidará todos os esforços no sentido de consolidar ainda mais a sua estratégia em criar e manter parcerias de longo prazo junto aos seus clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****5 PRODUÇÃO**

A produção de ferroligas em 2016 foi 18,8% inferior à registrada em 2015, com destaque positivo, apenas, para o crescimento da produção de Ferrocromo Baixo Carbono, de 13,7% no ano.

<i>(Em toneladas)</i>	2016	2015	Δ%
Ligas de Cromo	150.240	173.467	-13,4%
Ligas de Silício	62.281	88.311	-29,5%
Total	212.521	261.778	-18,8%
% Utilização da capacidade instalada	62,3%	75,5%	

Em 2015, a redução de 30% na disponibilidade de energia elétrica do contrato com a CHESF, ocorrida a partir de 1º de julho, afetou diretamente o 2º semestre desse período e o ano de 2016 como um todo, haja vista, adicionalmente, a inviabilidade econômica de produzir com a energia do mercado livre, fatores que justificam a variação de produção entre os dois anos. Contudo, vale ressaltar que a decisão de manter o nível de produção de 2016 semelhante ao 2º semestre de 2015 foi bastante influenciada pela necessidade de redução do estoque excedente de 2015, formado a partir de um planejamento estratégico especialmente traçado em razão das incertezas relacionadas à renovação do citado contrato de energia; e, pelas dificuldades de comercialização em um mercado de baixa demanda. No gráfico trimestral abaixo, podemos observar a redução da produção ocorrida a partir do 3T15.



A taxa de utilização da capacidade instalada em 2016 foi de 62,3%, contra 75,5% alcançada em 2015, já considerando a restrição de produção no horário de ponta (18h00 às 21h00), quando o custo de energia elétrica é bastante superior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

A redução da produção durante o ano de 2016 trouxe a oportunidade de realizarmos serviços de manutenção e de reforma dos fornos na Metalurgia, a exemplo do forno 3, na Planta de Ferrocromo, e dos fornos 9 e 11, na de Ferrossilício.

6 VENDAS

O volume total das vendas, em 2016, registrou um aumento de 28%, se comparado com o ano de 2015, com destaque para as exportações, que praticamente dobraram no período. Esse volume foi alcançado pela alta disponibilidade de ligas produzidas, em função da estratégia traçada para garantir o abastecimento dos principais clientes, através da formação de estoque excedente, medida preventivamente adotada ante as incertezas que permeavam a renovação do contrato de fornecimento de energia firmado com a CHESF, em meados de 2015.

O aumento de 9,2% no consumo das ligas de cromo no mercado interno ocorreu, principalmente, devido às condições comerciais pactuadas com nossos principais clientes, enquanto que, para as ligas de silício, houve uma retração neste mesmo mercado, ocasionando uma redução de 7,9%.

<i>(Em toneladas)</i>	2016	2015	Δ%
<i>Mercado Interno</i>			
Ligas de Cromo	138.673	126.962	9,2%
Ligas de Silício	31.308	34.005	-7,9%
Total MI	169.981	160.967	5,6%
<i>Mercado Externo</i>			
Ligas de Cromo	27.986	13.424	108,5%
Ligas de Silício	64.523	30.686	110,3%
Total ME	92.509	44.110	109,7%
TOTAL (MI+ME)	262.490	205.077	28,0%

6.1 Receita Líquida

Em 2016, a receita líquida da FERBASA atingiu o recorde anual de R\$ 1.096,2 milhões, um acréscimo de 17,1%, se comparada ao ano de 2015, resultado justificado pelo incremento das exportações em todos os produtos, pela necessidade de redução dos estoques e continuidade do trabalho de manutenção de seu *market share* no mercado interno. Tal avanço na receita advém, ainda, da combinação do crescimento de 28% do volume com a valorização de 8% do dólar médio praticado, apesar da redução de 20,4% nos preços médios ponderados, em dólar, de nossos principais produtos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

O mercado interno decresceu 3,7% em comparação ao ano de 2015. Mesmo com um acréscimo de 5,6% nos volumes vendidos, houve uma queda de R\$ 25,4 milhões na receita líquida, ocasionada pelo cenário de preços baixos e o difícil momento do setor siderúrgico brasileiro. O mercado externo gerou R\$ 185,4 milhões de receita líquida a mais que o período anterior, determinada pelo aumento de 109,7% nos volumes vendidos.

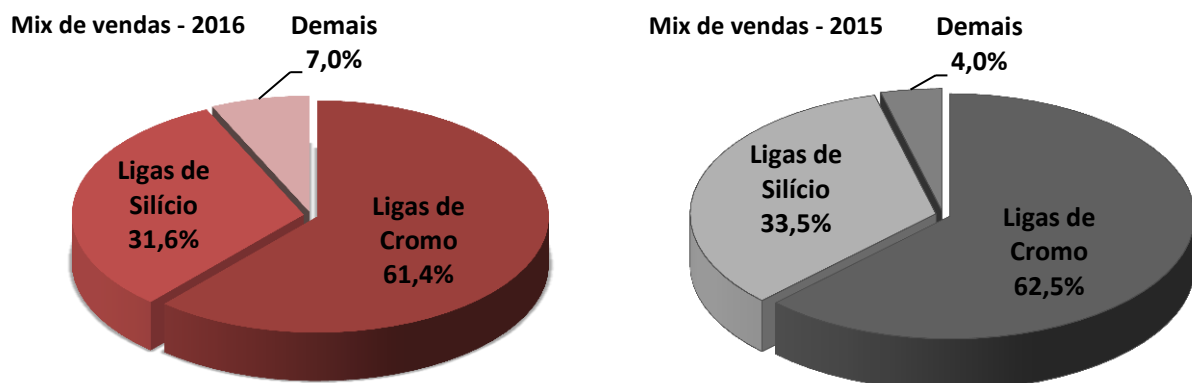
<i>(Em milhões de Reais)</i>	2016	2015	Δ%
Mercado Interno			
Ligas de Cromo	523,4	505,2	3,6%
Ligas de Silício	110,5	148,2	-25,4%
Demais produtos	31,8	37,7	-15,6%
Total MI	665,7	691,1	-3,7%
Mercado Externo			
Ligas de Cromo	150,3	79,9	88,1%
Ligas de Silício	236,5	165,2	43,2%
Demais produtos	43,7		
Total ME	430,5	245,1	75,6%
TOTAL (MI+ME)	1.096,2	936,2	17,1%

(*) inclui receita com minério, cal, microsilica, madeira e escórias.

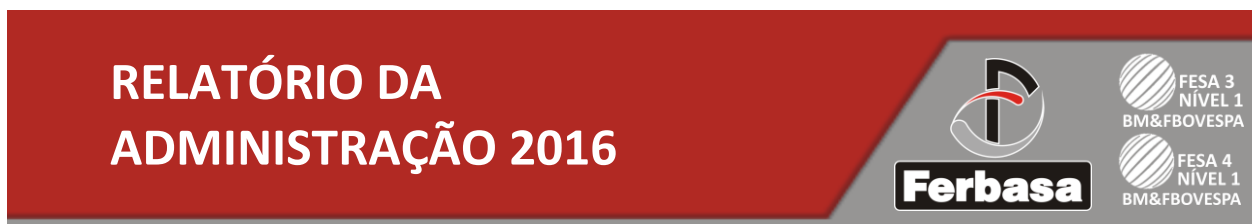
Atenta às boas oportunidades, a Companhia aproveitou as condições de mercado do minério de cromo no exterior e, em dezembro de 2016, exportou 53.555 toneladas de minério, gerando um acréscimo de receita líquida de R\$ 43,7 milhões.

6.2 Receita Líquida por Produto e Mercado

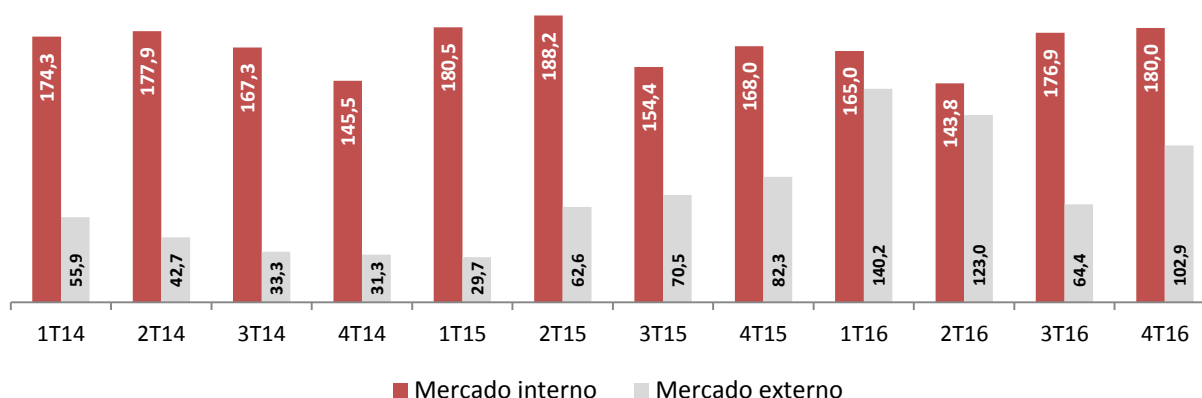
Como resultados dos movimentos citados anteriormente, a composição da receita líquida por produto (%) é demonstrada abaixo, com destaque para o aumento da participação do minério, classificado como "Demais Produtos":



Outro ponto importante na distribuição das vendas diz respeito ao crescimento dos negócios no mercado externo, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição da Receita Líquida por Mercado
(Em milhões de Reais)

**7****CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS**

Quando analisamos os custos de forma geral, em 2016, dois efeitos adversos podem ser evidenciados. Em primeiro lugar, nota-se o aumento de 13,4% do custo da energia elétrica, quando comparamos o preço médio praticado em 2015 e 2016. Em segundo, como ocorreu uma redução do volume de produção em relação aos anos anteriores, a Companhia registrou uma despesa referente a esta ociosidade no montante de R\$ 31,0 milhões (ante R\$ 2,9 milhões em 2015), sendo R\$ 19,3 milhões na Planta de FeCr e R\$ 11,7 milhões na Planta de FeSi.

Este reconhecimento de despesas está em linha com os preceitos estabelecidos no pronunciamento técnico contábil (CPC 16), o qual determina que os custos sejam apropriados aos produtos quando incorridos dentro da capacidade normal de produção. Este CPC define “capacidade normal de produção” como sendo a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos, em circunstâncias normais. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade. Os custos fixos não alocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente no período em que são incorridos.

Quando especificamente analisado, o custo de produção do Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) foi adicionalmente impactado pelo incremento de 8,5% no custo do minério de cromo, item correspondente a 38% dos custos de produção desta liga. Tais aumentos foram marginalmente compensados pela diminuição no custo de redutores, em -11,5%.

No que tange ao Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC), em adição, os elementos que mais impactaram os seus custos foram o minério de cromo (+16,5%) e os redutores (+10,7%), aumentos mitigados, em parte, pela redução nos custos de eletrodo de grafite (-11,2%) e da mão-de-obra direta (-4,5%), sendo a última um reflexo das medidas tomadas para redução de custos, ao longo de 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

Em relação ao Ferrossilício (FeSi), adicionalmente, a majoração do preço do biorredutor (+5%), equivalente a 25% do custo final, contribuiu para o aumento de seus custos, apesar de uma discreta melhora na performance dos fornos.

Como resultado, observamos a relação do Custo dos Produtos Vendido (CPV) sobre a receita líquida aumentando de 64,8% em 2015 para 86,3% em 2016, conforme apresentado na tabela abaixo:

(Em milhões de Reais)	2016	2015
Ligas de Cromo	544,9	398,5
Ligas de Silício	310,7	176,5
Demais produtos	40,7	21,3
Subtotal de produtos	896,3	596,3
Capacidade ociosa	31,0	2,9
Exaustão do ativo biológico	17,7	21,3
Ressarcimento CHESF (*)		(11,0)
Energia CCEE comercializada	(5,4)	(7,5)
Energia ESS + EER	6,7	2,4
Provisão perda estoque	6,1	7,9
Outros	(6,0)	(5,2)
Subtotal de outros	50,1	10,8
Total Geral	946,4	607,1
% Receita líquida	86,3%	64,8%

(*) Excedente financeiro da CONER - conta de energia de reserva.

Vale rememorar que o *Fair Value* do ativo biológico é contabilizado em linha específica do resultado, enquanto sua exaustão (colheita) é reconhecida no CPV, junto com a produção e consumo de biorredutor na fabricação de Ferrossilício 75.

8 DESPESAS

8.1 Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 21,6 milhões, contra R\$ 11,1 milhões em 2015, representando um acréscimo de 94,6% em relação ao ano anterior, gerado, majoritariamente, pelo aumento de 109,7% nas exportações, as quais determinam o pagamento de comissões de agentes e taxas portuárias. Os percentuais sobre a receita líquida correspondem a 2,0% em 2016 e 1,2% em 2015.

8.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas, incluindo as participações nos lucros, totalizaram R\$ 88,4 milhões, contra R\$ 90,0 milhões acumulados em 2015, representando 8,1% e 9,6% da receita líquida, respectivamente.

A parcela referente aos salários, benefícios, honorários da administração, encargos sociais e PLR totalizaram R\$ 53,7 milhões, registrando um decréscimo de 8,4%, contra R\$ 58,6 milhões em 2015. Esta linha recebeu impacto direto proveniente, principalmente, da redução da participação dos funcionários

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

nos lucros, devido à diminuição do resultado. Em contrapartida, em 2016, os salários e encargos foram corrigidos em 9%, mediante a aplicação do Acordo Coletivo.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2016	2015	$\Delta\%$
Salários, encargos, benefícios; e honorários dos administradores	41,2	38,0	8,4%
Participações dos colaboradores e administradores	12,5	20,6	-39,3%
Total	53,7	58,6	-8,4%

Além dos gastos com os administradores e colaboradores do Corporativo, foram contratados serviços no montante de R\$ 13,9 milhões (R\$ 14,7 milhões em 2015) voltados, principalmente, para consultorias estratégicas e outras atividades ligadas à tecnologia de informação.

8.3 Outras Despesas Operacionais

Em 2016, registramos um acréscimo de 55,8% na linha "outras despesas (receitas) operacionais", ocasionado, principalmente, pelo resultado negativo de R\$ 34,8 milhões, referentes à cessão de energia elétrica do ACL. Estes contratos e acordos vinculantes foram firmados entre o final de 2014 e início de 2015, como uma espécie de seguro, caso não houvesse a renovação do contrato com a CHESF, porém, durante 2016, por uma questão de baixa demanda no mercado e necessidade de redução dos estoques, essa energia não foi consumida no processo produtivo, sendo assim, comercializada. Adicionalmente, a ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, grupo da qual a FERBASA é integrante, promoveu ação judicial para contestação do valor calculado pela ANEEL, relativo à conta de desenvolvimento energético - CDE, cuja provisão para o período correspondeu a R\$ 10,9 milhões.

9 EBITDA AJUSTADO

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Ele representa o lucro do exercício apurado antes dos juros, do imposto de renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA está apresentando o seu EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, adicionando ou excluindo do indicador o valor justo de ativos biológicos, perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências. Em 2015, obtivemos ressarcimento da CHESF, referente ao excedente financeiro da CONER (Conta de Energia de Reserva), bem como realizamos pagamentos atinentes ao plano sucessório dos administradores da Companhia. Em razão da relevância dos valores não recorrentes, os mesmos foram devidamente ajustados, conforme abaixo demonstrado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

(Em R\$ milhões)	2016	2015	Δ%
Lucro líquido	70,2	173,7	-59,6%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(30,4)	(27,5)	10,5%
(+/-) Resultado hedge	(6,7)	51,8	-112,9%
(+/-) IRPJ/CSLL	(28,3)	17,7	-259,9%
(+/-) Depreciação e exaustão	60,9	40,0	52,3%
EBITDA	65,7	255,7	-74,3%
(+/-) Ressarcimento da CHESF		(11,0)	
(+/-) Provisão para contingências	10,6	7,0	51,4%
(+/-) Valor justo de ativos biológicos	(6,3)	(4,2)	50,0%
(+/-) Baixa de imobilizado		(0,4)	
(+/-) Plano sucessório da administração		3,2	
EBITDA Ajustado	70,0	250,3	-72,0%
Margem EBITDA	6,4%	26,7%	

10 ESTRUTURA FINANCEIRA**10.1 Caixa Líquido e Geração de Caixa**

A FERBASA possui estrutura de capital fundamentalmente constituída por recursos próprios de seus acionistas.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, foi positivo em R\$ 151,8 milhões, impactado, principalmente, por:

- (i) (+) R\$ 236,7 milhões de retorno do investimento em estocagem de produtos acabados;
- (ii) (+) R\$ 20,2 milhões referentes às linhas de crédito (BNDES e BNB) para investimentos na área florestal e, em máquinas e equipamentos para todas as unidades operacionais;
- (iii) (-) R\$ 101,9 milhões para aquisições de máquinas, desenvolvimento de galerias na mina e silvicultura, entre outros (CAPEX); e
- (iv) (-) R\$ 28,7 milhões para pagamento de Juros sobre Capital Próprio (exercício de 2015).

O caixa consolidado, líquido dos financiamentos, totalizou R\$ 281,5 milhões e está substancialmente aplicado em fundos de investimentos, contendo letras financeiras de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional, com rendimento médio ponderado de 102% do CDI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****10.2 Gestão de Riscos Financeiros**

A Companhia busca minimizar e monitorar os riscos financeiros inerentes a suas atividades, por meio de uma Política de Gestão de Riscos Financeiros. Especificamente, no caso do risco cambial, tanto no mercado doméstico como nas exportações, os preços dos produtos são vinculados ao dólar, que difere da moeda funcional (Real), aumentando o risco da volatilidade nos resultados.

De forma a minimizar este risco, mas, ainda mantendo determinada exposição à variação cambial, a Política de Gestão de Riscos Financeiros permite travar o câmbio futuro até o limite de 30% do faturamento líquido orçado para os 12 meses seguintes a sua aprovação. Em cumprimento a esta orientação, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos em aberto correspondentes a US\$ 41 milhões (R\$ 174 milhões em 2015), com vencimento em 2017.

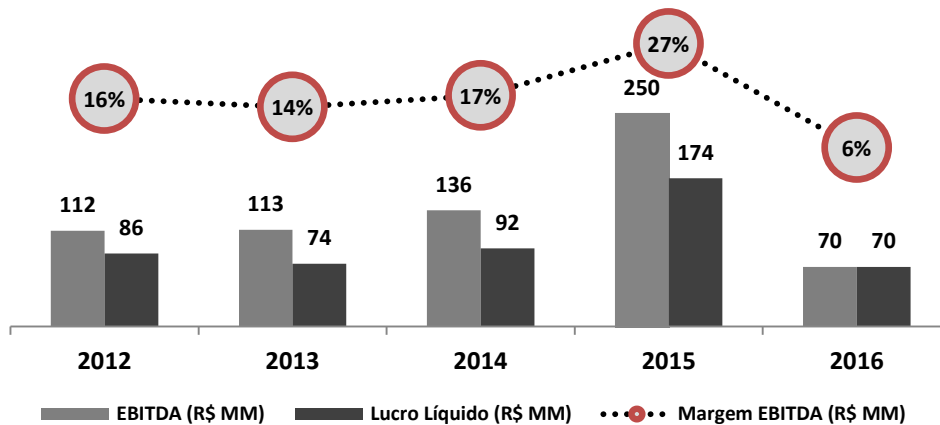
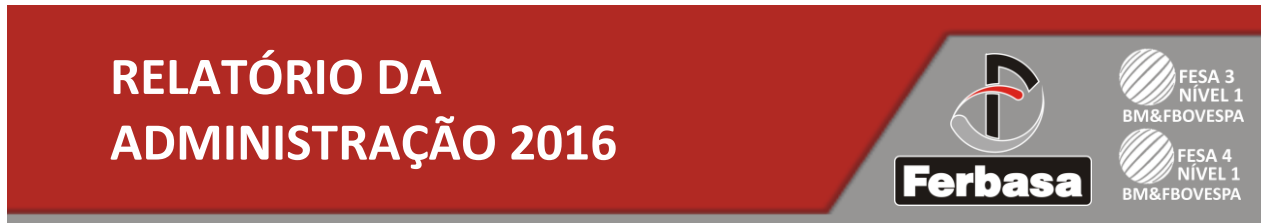
10.3 Resultado Financeiro Líquido

O saldo das aplicações financeiras para 31 de dezembro de 2016, incluindo o caixa e equivalentes de caixa, foi de R\$ 298,1 milhões, contra R\$ 119,3 milhões em 2015. O aumento de R\$ 178,8 milhões decorreu, principalmente, do retorno do investimento em estocagem de produtos acabados. As maiores reduções foram provenientes do pagamento de Juros sobre Capital Próprio, proposto em 2015 e efetivado em 2016, bem como dos investimentos realizados em ativo imobilizado (CAPEX). O resultado financeiro líquido, incluindo variação cambial e sem o efeito do hedge, foi positivo em R\$ 30,4 milhões, face aos R\$ 27,5 milhões alcançados em 2015.

Resultado financeiro	2016	2015
Desempenho financeiro		
Receita financeira	44,1	31,8
Despesa financeira	(6,2)	(5,6)
Variação cambial	(7,5)	1,3
Subtotal	30,4	27,5
Resultado hedge		
Liquidados	(1,4)	(44,9)
Marcação a mercado	8,1	(6,9)
Subtotal	6,7	(51,8)
Total	37,1	(24,3)

11 LUCRO LÍQUIDO

Como resultado dos efeitos supracitados, o lucro líquido acumulado foi de R\$ 70,2 milhões, representando uma margem de 6,4% sobre a receita líquida, contra R\$ 173,7 milhões e margem de lucro de 18,6% realizados no mesmo período de 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os fatores que contribuíram fortemente para este resultado, exclusivamente no 4T16, foram: i) a exportação de 53.555 mil toneladas de minério de cromo; ii) a recuperação de R\$ 20,8 milhões em tributos; iii) recebimento, através de demanda judicial, do crédito referente ao empréstimo compulsório da Eletrobrás, no valor de R\$ 7,8 milhões; iv) o resultado positivo de R\$ 7,0 milhões de hedge liquidado; v) o efeito líquido positivo de R\$ 6,3 milhões no Ativo Biológico (variação do valor justo menos a realização da exaustão); vi) o aumento de 12% no preço de referência do FeCrAC; e, vii) a correção das premissas com o consequente recálculo da provisão do passivo atuarial, cuja projeção inicial era superior à efetivada em R\$ 3,4 milhões.

12 DESTINAÇÃO DE LUCRO

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2016, aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, no valor global de R\$ 65,7 milhões, efetuada com recursos provenientes do saldo parcial da reserva de lucro de exercícios anteriores (ações ordinárias: R\$ 0,7244582528 por ação; ações preferenciais: R\$ 0,7969040781 por ação).

Do lucro líquido apurado no exercício de 2016, o Conselho de Administração propôs, para aprovação em AGO, a destinação de dividendos complementares, com base nas seguintes premissas:

- Dividendo mínimo obrigatório: montante de R\$ 10,7 milhões (ações ordinárias: R\$ 0,1185553350 por ação; ações preferenciais: R\$ 0,1304110885 por ação); e
- Dividendos complementares: montante de R\$ 2,2 milhões (ações ordinárias: R\$ 0,0237111070 por ação; ações preferenciais: R\$ 0,0260822177 por ação).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****13 INVESTIMENTO NO IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ATIVO BIOLÓGICO****13.1 CAPEX**

No decorrer de 2016, a FERBASA investiu R\$ 101,9 milhões, segregados por unidade de negócio:

<i>Em milhões de reais</i>	Metalurgia	Mineração	Florestal	Total
Máquinas e equipamentos	28,4	5,7	8,8	42,9
Ativo biológico			21,8	21,8
Terrenos		0,1		0,1
Edificações	23,6	2,2	1,0	26,8
Minas		6,8		6,8
Veículos e tratores	0,9	1,0	0,1	2,0
Móveis e utensílios	0,2	0,2		0,4
Informática e intangível	0,8	0,2	0,1	1,1
Total	53,9	16,2	31,8	101,9

13.2 Imobilizado Líquido e Ativo Biológico

Finalizamos o exercício de 2016 com capital empregado em ativo imobilizado e ativo biológico, segregados por unidade de negócio, conforme abaixo:

<i>Em milhões de reais</i>	Metalurgia	Mineração	Florestal	Outros	Total
Máquinas e equipamentos	181,3	40,2	32,6		254,1
Ativo biológico			197,9		197,9
Terrenos	0,5	10,5	115,6		126,6
Edificações	77,8	14,2	2,6	10,0	104,6
Minas		47,1			47,1
Veículos e tratores	8,7	3,4	0,4	0,4	12,9
Móveis e utensílios	2,1	0,7	0,3	0,9	4,0
Informática e intangível	(0,1)	0,5	0,4	2,2	3,0
Em andamento e outros	43,8	28,1	28,6	1,1	101,6
Total	314,1	144,7	378,4	14,6	851,8

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****14 MERCADO DE CAPITAIS****14.1 Desempenho FESA4 na BM&FBovespa**

O detalhamento do desempenho das ações da FERBASA no mercado de capitais é apresentado a seguir:

		2016	2015	Δ%
Ações negociadas (mil)		123.934	53.582	131,3%
Valor transacionado (R\$ mil)	(1)	363.085	192.744	88,4%
Valor de mercado (R\$ mil)	(2)	685.363	623.539	9,9%
Ações existentes (mil)		88.320	88.320	
Valor patrimonial por ação (R\$)		15,35	14,89	3,1%
Cotação (R\$ p/ ação preferencial)	(3)	7,76	7,06	9,9%

Notas:

(1) cotação média das transações do ano de 2016 = R\$ 7,55 e 2015 = R\$ 7,35.

(2) cotação da última transação multiplicada pelo total das ações (ON+PN); não considera prêmio de controle.

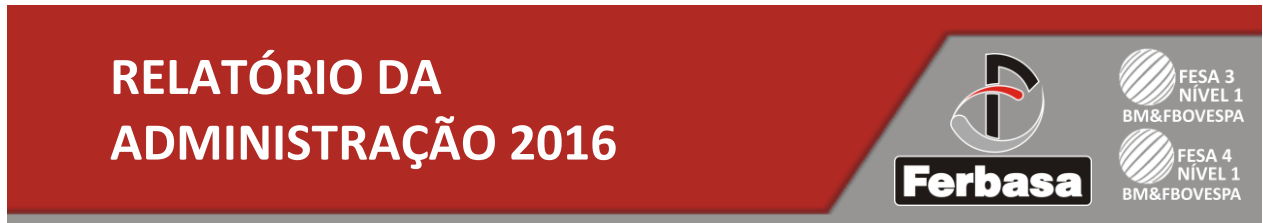
(3) cotação do fechamento das ações PN no último pregão.

14.2 Composição Acionária e Perfil do Investidor

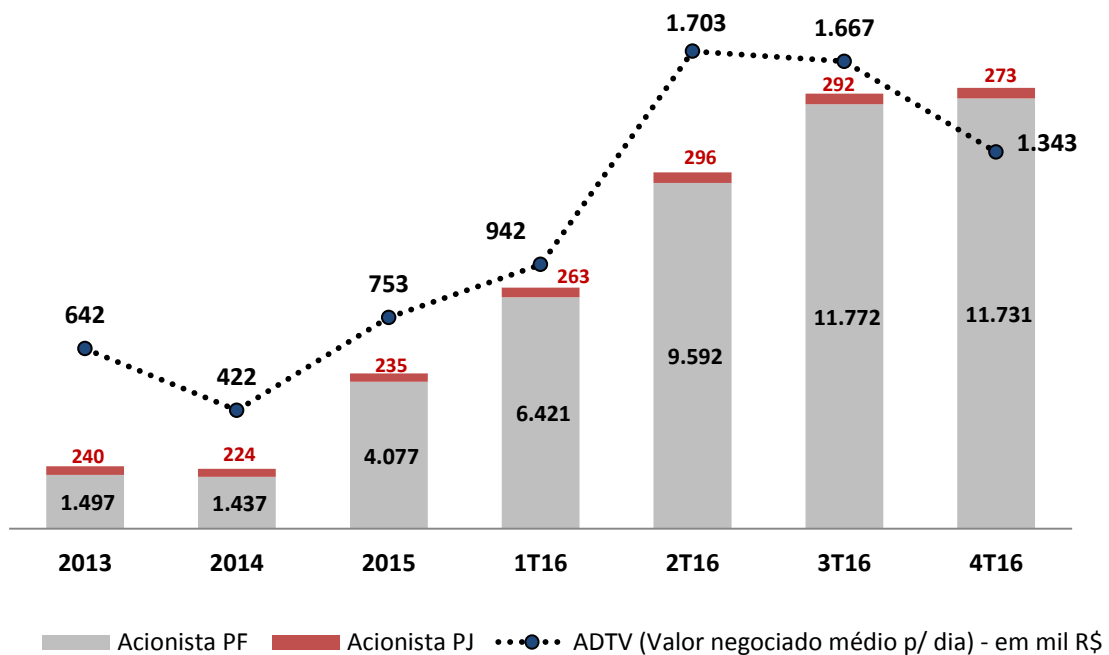
O quadro abaixo demonstra a composição acionária da FERBASA em 31/12/2016:

Acionistas	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Fundação José Carvalho	29.086.696	98,80	18.044.000	30,65	47.130.696	53,36
Norges Bank			2.574.600	4,37	2.574.600	2,92
Dimensional Funds			2.010.115	3,41	2.010.115	2,28
VBI Fundo de Investimento			1.315.000	2,23	1.315.000	1,49
Credit Suisse Fund			1.000.005	1,70	1.000.005	1,13
F.I. Fator Jaburá			1.000.000	1,70	1.000.000	1,13
Ações em tesouraria	40.000	0,14	3.183.300	5,41	3.223.300	3,65
Outros acionistas	313.304	1,06	29.752.980	50,53	30.066.284	34,04
Totais	29.440.000	100,00	58.880.000	100,00	88.320.000	100,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

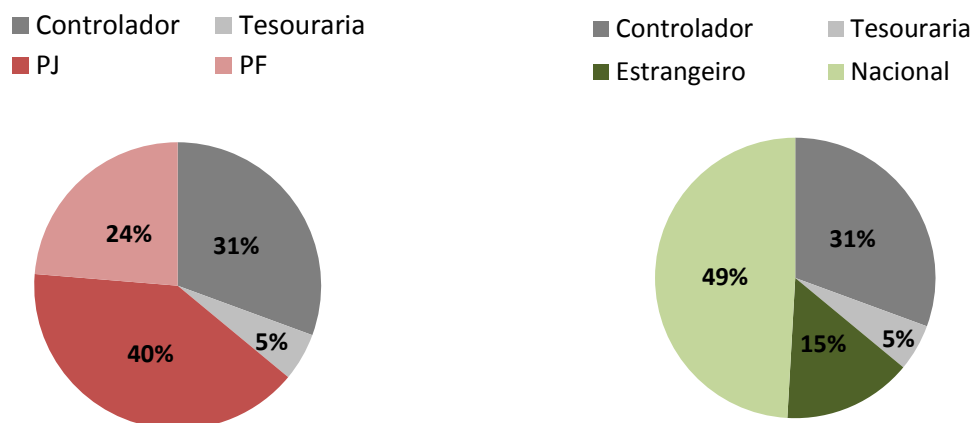


Durante 2016, observamos um forte rebalanceamento de algumas posições relevantes de acionistas da Companhia, fato que provocou a pulverização da base acionária, atualmente concentrada em acionistas do Tipo Pessoas Físicas (PF), fator que certamente contribuiu para a promoção de 42% no volume negociado por dia. Observa-se no gráfico abaixo, a evolução da base acionária e do índice ADTV (*Average Daily Trading Volume*) no período.



Como resultado desse movimento, a distribuição acionária das ações preferenciais da FERBASA (FESA4), utilizando-se como referência a base acionária do dia 30/12/2016, configura-se da seguinte forma:

Distribuição Acionária (Ações preferenciais)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

A Companhia está atuando para aumentar a sua visibilidade, a liquidez das ações e o acesso de investidores institucionais e estrangeiros, por meio da adoção das melhores práticas de relações com investidores, como: a disponibilização de todas as apresentações aos acionistas e investidores; a emissão de comunicados e relatórios nas versões em português e inglês; realização de *webcasts* seguidos de *roadshows* com os bancos parceiros; e a inserção, já em 2017, das redes sociais como agente de interação.

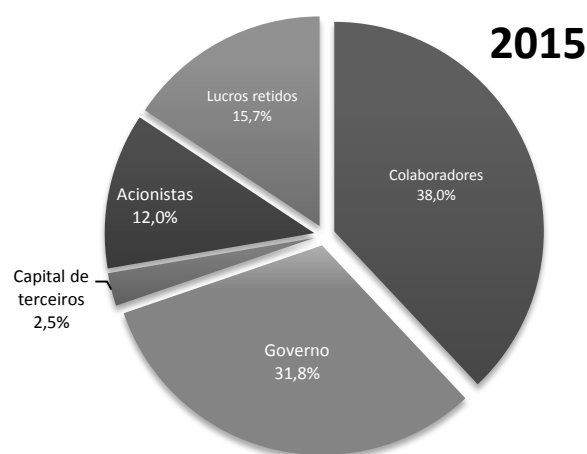
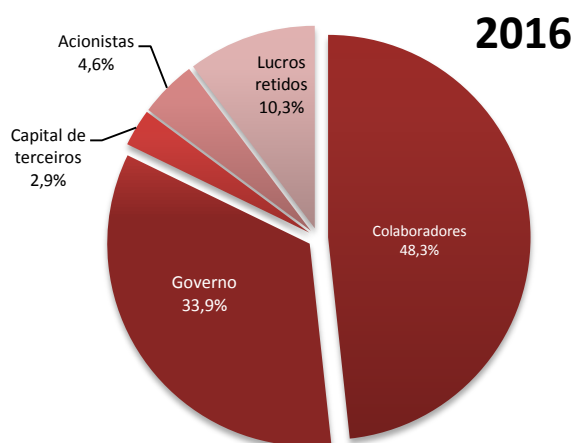
14.3 Programa de Recompra - finalizado

A Companhia manteve um programa de recompra de ações PN, até 30 de julho de 2016, limitado a 10% das ações em circulação (4.346.400 PN), tendo adquirido 3.183.300 PN, a um custo médio de R\$ 8,07 por ação. Em 29 de julho de 2016, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do referido programa.

As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação, cancelamento e/ou outros direcionamentos dessas ações será tomada no momento oportuno, com a tempestiva comunicação ao mercado.

15 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Abaixo, evidenciamos a riqueza gerada pela FERBASA e sua distribuição para a sociedade. Em 2016, a FERBASA gerou R\$ 473,4 milhões, 24,4% inferior à geração de 2015. A distribuição do valor adicionado foi assim consolidada:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

Face aos grandes desafios de 2016, observa-se na tabela abaixo, uma redução de 24,4% na geração de riqueza, ocasionada, principalmente, pela queda da margem bruta.

(Em milhões de Reais)	2016	2015	Δ%
Colaboradores	228,6	238,3	-4,1%
Governo	160,5	199,1	-19,4%
Capital de terceiros	14,1	15,3	-7,8%
Acionistas	13,0	75,4	-82,8%
Lucros retidos	57,2	98,3	-41,8%
Total	473,4	626,4	-24,4%

No exercício de 2016, além da geração aos acionistas de parte do lucro, em R\$ 12,9 milhões, a Companhia aprovou a distribuição de R\$ 65,7 milhões, originária de saldo de reservas de lucros, totalizando R\$ 78,6 milhões, equivalentes a 4,2% a mais em relação ao ano de 2015.

16 INDICADORES SOCIAIS

Em 2016, o quadro de colaboradores foi reduzido em 17%, em função das adequações operacionais realizadas em todas as unidades da Companhia, porém, cumpre-nos ressaltar que, mormente a diminuição dos resultados, todos os esforços foram envidados no sentido de mantermos inalterada a qualidade do pacote de benefícios oferecido aos nossos colaboradores, consoante os indicadores abaixo:

	2016	2015	Δ%
Colaboradores (próprios)	2.719	3.268	-17% (1)
Indicadores (R\$ mil)			
Alimentação	8.967	8.106	11%
Remuneração	171.587	173.341	-1% (2)
Assistência médica	20.715	17.769	17%
Participação nos lucros	12.457	20.616	-40%
Previdência privada	4.140	3.487	19%
TOTAL	217.866	223.319	

(1) Informações extraídas do CAGED.

(2) Valores e percentual incluem salários, encargos, férias e 13º, bem como acordos sindicais (horas in itinere) e verbas rescisórias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****17 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A **FERBASA**, pioneira em práticas de responsabilidade social, estabelece e desenvolve ações consolidadas em seu **Programa Aqui tem Ferbasa**, estruturado pelos eixos de Educação, Esporte, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Comunitário, cujos resultados proporcionam novas perspectivas e maior qualidade de vida aos seus beneficiados. Tendo como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico das localidades onde atua, em 2016, o Programa, contou com investimentos da ordem de, aproximadamente, R\$ 3 milhões, contra R\$ 1,8 milhão gasto em 2015, impactando cerca de 43.000 pessoas em 23 municípios do estado da Bahia. A seguir, destacamos algumas das ações realizadas no período.

- (i) Em relação à Educação, permanente preocupação e principal eixo das ações sociais da Companhia, em 2016, foram consolidados objetivos através da realização do **Projeto FERBASA Educa**, o qual proporciona a complementação dos estudos de colaboradores e familiares nos ensinos fundamental e médio, tendo sido ampliado a todas as unidades da Companhia, alcançando o seu segundo ciclo de formação; também, coadunando com os mesmos propósitos, o **Programa Nosso Cidadão** ofereceu a ex-colaboradores o curso técnico de pintor profissional, no município de Araçás-BA, contribuindo para a reinserção de seus participantes no mercado de trabalho; da mesma forma, em Andorinha-BA, mulheres de uma associação local foram capacitadas como costureiras, como alternativa de geração de renda.
- (ii) Diante da impossibilidade de se dissociar a boa educação do hábito da leitura, em 2016, o Programa **Boa Leitura** promoveu a reforma das bibliotecas do Cangurito (Conde-BA) e da Elenai Pinho (Pojuca-BA), além de desenvolver o projeto **Estante de Histórias**, que distribuiu 14 minibibliotecas e realizou oficinas de capacitação para professores e atividades de contação de histórias a 7.246 alunos da Rede Pública dos municípios de Andorinha, Campo Formoso, Araçás, Itanagra, Entre Rios, Esplanada, Conde, Pojuca e Catu, todos no estado da Bahia.
- (iii) A cultura, um dos pilares do Programa e igualmente indispensável à formação integral do indivíduo, fomentou a reedição do projeto **Cine FERBASA**, iniciativa já reconhecida nas localidades por onde passa, levando o cinema a 16 municípios carentes dessa arte, recebendo cerca de 10.000 espectadores em 160 sessões gratuitas.
- (iv) Outrossim, sempre visando dotar as comunidades circunvizinhas de autonomia econômica, o projeto **O Campo é a Semente** estruturou hortas comunitárias em 05 cidades, contando com a participação de famílias de agricultores, os quais, atualmente, comercializam seus produtos nas feiras locais, além de destiná-los ao consumo próprio. Cabe destacar que, em Itiúba-BA, onde antes funcionava um antigo pátio ferroviário da Companhia, foi construída pela FERBASA uma praça dotada de várias opções de lazer para seus moradores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

Em 2017, o **Programa Aqui tem FERBASA** continuará entre as prioridades da Companhia, que acredita no poder transformador da Educação para fazer emergir uma sociedade mais justa e consciente, em conjunto com ações capazes de promover a cultura, o esporte e o desenvolvimento rural e comunitário associado à geração de renda. Assim, o Programa rumará à consolidação de ações e projetos, obviamente, em total alinhamento com o planejamento estratégico da Companhia, mirando no futuro, sem distanciar-se da história e da cultura da Organização, ambas fortemente marcadas pelos ideais e crenças de seu fundador, o engenheiro José Corgosinho de Carvalho Filho.

18 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

O ano de 2016 foi caracterizado pela consolidação de importantes procedimentos e ferramentas ligadas às áreas de saúde, segurança e meio ambiente, especialmente, as relacionadas às unidades da Metalurgia e Florestal, ambas certificadas pelas normas internacionais ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional), enquanto na Mineração foi dada continuidade à implantação do Sistema de Gestão Integrada – SGI. Certificada há mais de duas décadas na norma ISO 9001, a FERBASA reafirma seu compromisso em buscar, continuamente, a melhoria da qualidade em seus processos e produtos e propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável a seus colaboradores. Dentre os principais resultados alcançados, podemos destacar:

- a) A taxa de frequência de acidentes com afastamento foi inferior ao índice referenciado pelo segmento, bem como a taxa de gravidade atingiu um patamar inferior à recomendação da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- b) A Companhia intensificou as Abordagens Comportamentais de Segurança-ACS nas três unidades produtivas, realizando 4.000 (quatro mil) auditorias comportamentais;
- c) No mês de junho foi entregue o novo refeitório da Metalurgia, reconstruído com áreas mais amplas, modernas e totalmente projetadas em conformidade com as exigências estabelecidas pelo o órgão de vigilância nacional, a ANVISA;
- d) Foi implantado o Programa de Ergonomia-PROERGO, com mais ênfase na Metalurgia e na Florestal;
- e) As oportunidades de melhoria identificadas pelos colaboradores nos processos e atividades têm sido tratadas nos Círculos de Controle de Qualidade-CCQ, bem como através dos Projetos de Produtividade.

Outrossim, a FERBASA reconhece a importância crucial dos recursos naturais, razão pela qual não se furta a envidar repetidos esforços em busca de ações que possam refletir em redução e otimização do consumo desses recursos, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio ambiental. Neste sentido, além da reutilização da água nos processos metalúrgicos e mineiros, as ações de melhoria focaram na revisão dos controles de emissões atmosféricas, com o objetivo de que, até o final de 2017, todos os

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016**

fornos tenham sistema de captação implantado e funcionando dentro nos níveis projetados. Dentre as principais ações e resultados alcançados, destacamos:

- a) O desempenho dos filtros instalados superou a meta acordada, aproximando-se de 100%;
- b) Redução de 80% nas ocorrências de incêndio nas áreas florestais, quando comparado com o ano de 2015;
- c) Biorredutor produzido, em sua totalidade, em fornos mecanizados;
- d) Gestão do ciclo completo dos resíduos gerados, considerando-se a origem, estocagem e destinação final.

Em 2017, as iniciativas estarão voltadas às ações de caráter preventivo, mediante a atuação protagonista dos nossos colaboradores, à conscientização coletiva de “zero acidente”, além da busca de soluções que viabilizem a melhor reutilização dos resíduos gerados nos processos industriais.

19 EXPECTATIVAS PARA 2017

Iniciamos 2017 com otimismo, apesar das inúmeras incertezas relacionadas às perspectivas políticas e econômicas, seja no ambiente interno ou no cenário mundial. Nesse sentido, a reversão da recessão se coloca como o principal desafio para o presente ano, juntamente com as ações em andamento na Companhia, no intuito de melhorar a sua competitividade e criar cenários capazes de produzir os melhores resultados e agregar mais valor para os acionistas.

Como já dito, é provável que **o ambiente global seja desafiador**, todavia, avaliamos que as questões internas sobrepujarão as internacionais. Entretanto, ainda que a retomada da atividade se mostre mais lenta do que a esperada, as condições macroeconômicas apontam para uma gradual melhora do PIB Brasileiro e, por sua vez, a convergência da inflação para uma posição próxima do centro da meta estabelecida pelo BACEN está em curso, abrindo espaço para uma relevante flexibilização da política monetária.

No aspecto mercadológico, observa-se a melhora de alguns indicadores da indústria de aço brasileira, embora façamos a ressalva de que este novo quadro talvez não seja suficiente para sinalizar uma recuperação vigorosa, já que o cenário ainda é bastante difícil. O Ferrossilício já registra uma evolução discreta no patamar de preços e, vislumbramos que este ritmo deva continuar até o final de 2017, salvo movimentos positivos e mais vigorosos no mercado siderúrgico que possam provocar oscilações mais intensas nos preços. Quanto ao Ferrocromo Alto Carbono, começamos o 1º trimestre praticando um preço de referência em um patamar bastante elevado, porém, com algumas sinalizações de correção de preço já em curso, e, segundo analistas do Mercado, com possibilidade de ocorrência de outros processos corretivos nos próximos trimestres. Serão decisivos para a manutenção desta condição de preços, os níveis de estoque e os preços praticados para o Minério de Cromo na China.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016



Em 2017, a Companhia centrará esforços nas ações e projetos voltados ao **ganho de produtividade**, trabalhando no melhoramento dos processos de produção, no aprimoramento da gestão dos riscos e controles corporativos, no fortalecimento e ampliação das relações comerciais e na gestão eficiente dos recursos financeiros, ressaltando-se que, muitas das ações tomadas ainda em 2016, terão os seus resultados consolidados em 2017.

Por fim, vale destacar que, no final de 2016, a Companhia concluiu a revisão de **seu Planejamento Estratégico**, atualizando sua “Missão” e sua “Visão”, que passam a consignar que a FERBASA será “uma empresa globalmente competitiva em ferroligas e minério de cromo, e geradora de energia elétrica sustentável, consolidando-se como uma referência internacional em sustentabilidade”.

Importante, também, realçar que as declarações e perspectivas aqui contidas estão sujeitas a riscos e incertezas, já que foram baseadas em crenças e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado no momento da produção deste relatório.

20 AUDITORES INDEPENDENTES

A contratação de serviços não relacionados à Auditoria Externa, porém, desenvolvidos por empresas de auditoria, baseia-se nos princípios voltados à preservação da independência desses profissionais, em consonância com as normas internacionalmente aceitas, estabelecendo-se os seguintes impedimentos ao auditor: não auditar seu próprio trabalho; não exercer funções de gerência junto ao contratante; e não promover os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, em 2016, a soma dos valores referentes à contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços não relacionados à auditoria externa foi inferior a 5% do valor total de seus respectivos honorários.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 308/99, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 22 de dezembro de 2016, aprovou a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu (“Deloitte”) para auditar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao triênio compreendido entre 2017 a 2019, em substituição à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, dando cumprimento à previsão legal de rotatividade de auditores independentes. A Deloitte iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (ITRs) do primeiro trimestre de 2017.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO 2016****21 AGRADECIMENTOS**

Por fim, reconhecemos que o nosso trabalho tem sido fielmente apoiado e fortalecido pela confiança dos nossos acionistas, clientes e fornecedores e, notadamente, pela comprometida atuação dos nossos colaboradores. Desta forma, expressamos a todos os nossos agradecimentos, com os quais compartilhamos o sucesso deste resultado.

A Administração.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. (“Ferbasa” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca-BA, está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F BOVESPA).

A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização de ferroligas, ferrocromo e ferrossilício; a exploração de jazidas de minérios de cromo e cal para consumo próprio e a elaboração; a execução e administração de projetos florestais para a produção de biorredutor para consumo próprio. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, que tem como missão atender a crianças, adolescentes e jovens carentes, dos municípios do nordeste brasileiro, oferecendo-lhes educação básica visando à formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania, de respeitar o ser humano em todos os seus aspectos, primando pela ética, cooperação e solidariedade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem, também, às normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Considerando que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Reapresentação de cifras comparativas

Em 2016, no processo de avaliação atuarial do Plano de Previdência Complementar da Companhia - Grupo II, administrado pela BrasilPrev, verificou-se que os pagamentos de benefícios como o pós-emprego, não ocorria somente nos casos de aposentadoria, de acordo com a premissa anteriormente adotada e utilizada para fins de cálculo e contabilização do passivo atuarial, com base no estatuto do plano, mas também em caso de desligamento, independentemente do motivo, para todos os participantes do mencionado grupo, cujo tempo de serviço acumulado ultrapassasse 10 anos. Sendo assim, a Companhia recalculou o valor do passivo atuarial, considerando todos os participantes com mais de 10 anos, e está reapresentando as demonstrações do exercício anterior, para fins de comparabilidade, com o exercício atual, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial	Controladora			Consolidado		
	Antes da Reapresentação	Transferência	Depois da Reapresentação	Antes da Reapresentação	Transferência	Depois da Reapresentação
Ativo Não Circulante						
Impostos diferidos	29.307	1.807	31.114	27.752	1.807	29.559
Outros ativos não circulante	<u>114.274</u>		<u>114.274</u>	<u>133.680</u>		<u>133.680</u>
Total ativo não circulante	143.581	1.807	145.388	161.432	1.807	163.239
Passivo Não Circulante						
Atuarial	14.187	5.315	19.502	14.187	5.315	19.502
Outros passivos não circulante	<u>63.351</u>		<u>63.351</u>	<u>63.438</u>		<u>63.438</u>
Total passivo não circulante	77.538	5.315	82.853	77.625	5.315	82.940
Patrimônio Líquido						
Atuarial líquido de tributos diferidos		(3.508)	(3.508)		(3.508)	(3.508)
Outros patrimônio líquido	<u>1.334.987</u>		<u>1.334.987</u>	<u>1.339.779</u>		<u>1.339.779</u>
Total patrimônio líquido	1.334.987	(3.508)	1.331.479	1.339.779	(3.508)	1.336.271

3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) **Ativos biológicos**

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

(b) **Provisão para fechamento de minas**

A Companhia considera as estimativas dos custos de encerramento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

(c) **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos reconhecidos nas demonstrações financeiras podem não representar o montante de caixa que a companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

(d) **Provisão para obsolescência de estoques**

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas quando aplicável.

(e) **Provisão para Contingências**

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas a natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (Nota 16).

(f) Provisão para Obrigações Atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica e previdência privada, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (Nota 22(ii)).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos benefícios pós-emprego – *duration*. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma *duration* avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24

5 Ativos e Passivos Financeiros

5.1 Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, exceto quando são instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial (nota 5.3), no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado. Os ativos mantidos até o vencimento da Companhia compreendem as aplicações financeiras.

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não seja realizável ao seu valor contábil. Um ativo ou grupo de ativos financeiros não é realizável ao seu valor contábil e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) se a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) a possibilidade de o devedor declarar falência ou outra reorganização financeira; e
- (v) o desaparecimento de um mercado operativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou *impairment* de ativos financeiros.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são representados por fornecedores e financiamentos.

Passivos financeiros são reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e fornecedores, são acrescidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.3 Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (*hedge*). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, no caso da adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia designa os derivativos como *hedge accounting*, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de hedge são liquidados. Quando o hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em “Resultado financeiro”.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na Nota 24. O valor justo total dos instrumentos derivativos de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****5.4 Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo**

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		<u>Mensuração contábil</u>		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
				<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	186.042	21.429	192.400	40.641		
Aplicações financeiras (i)	Valor justo	60.000	26.247	84.260	42.178		
Aplicações financeiras não circulante	Valor justo	22.190	18.178	44.226	37.386		
Contas a receber	Custo amortizado	136.061	153.046	136.061	153.046		
Depósitos judiciais	Custo amortizado	5.238	3.231	5.334	3.327		
Instrumentos financeiros de proteção cambial (i)	Valor justo	16.311		16.311			
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado	45.225	67.782	45.188	67.782		
Financiamentos	Custo amortizado	444	1.226	444	1.226		
Leasing	Custo amortizado	245	737	245	737		
Financiamentos não circulante	Custo amortizado	38.670	15.865	38.670	15.865		
Leasing não circulante	Custo amortizado	10		10			
Instrumentos financeiros de proteção cambial (i)	Valor justo		85.375		85.375		

(i) Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a Bolsas de Valores e Mercadores e Futuros - BM&FBOVESPA. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

6 Principais práticas contábeis**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a nossa Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante. A titularidade deste fundo é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontram-se inclusa nas notas 9 e 10.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 120 dias e não há inadimplência material. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

(d) Adiantamento a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 19.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada “Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(g) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 2016 e 2015 não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

(h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passíveis são integralmente reconhecidos periodicamente, e os valores contabilizados e as projeções são revisadas.

(k) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(l) Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também são reconhecidas na linha de receita de vendas o resultado do hedge (Nota 24) e incentivo fiscal do Desenvolve. Sobre estes resultados não há incidência de PIS e COFINS.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios relacionados à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na Nota 32.

(p) **Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(q) **Subvenções governamentais**

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DENSENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- i. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- ii. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- iii. Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- iv. Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.665, corrigido anualmente pelo IGPM;
- v. Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução Concessiva nº 70/2006 do DOE;
- vi. Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- vii. No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrado na rubrica "Outras receitas Operacionais".
- viii. A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre determinações previstas na legislação em vigor.

(r) **Consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, exceto para os fundos exclusivos (Nota 6 (a)).

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

7 Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

Revisões de normas contábeis e interpretações entraram em vigor em 2016 e não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo a revisão da IAS 41/CPC 29 que introduziu a distinção entre plantas de produção e outros ativos biológicos. Essa revisão não impacta a Companhia pois seu ativo biológico se refere a plantação de árvores para madeira.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo IFRS, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	A avaliação da Companhia relativa a todos os impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas. Ainda estamos avaliando outros aspectos relacionados à aplicação da norma para concluir nossas análises
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8 Gerenciamento de riscos**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez e (v) risco de preço de *commodities*.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

(i) Risco cambial

Além da Companhia efetuar transações em moeda estrangeira (exportações de ferroligas, minério de cromo e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de *commodities* convertida no momento da venda pelo US dólar do mês anterior. Como mais de 90% dos custos operacionais são em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa de *hedge* para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2016, conforme Relatório Focus emitido em 20 de janeiro de 2017, como cenário II (possível) uma valorização do Real em 25% frente ao US dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/2016		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa	Ganho/ (perda) - R\$
Contas a receber	13.232	43.115	3,35	1.212	2,51	(9.903)	1,68	(20.885)

No caso dos instrumentos financeiros derivativos de hedge (NDF), consideramos que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, consequentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDF's (30%), quanto no Faturamento (100%) indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

	31/12/2016		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (perda) - R\$
Instrumento financeiro de hedge	41.250	154.688	3,35	16.501	4,19	(18.150)	5,03	(52.800)

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente às operações da Companhia, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o período.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Risco de taxa de juros**

Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPC-A ou IGP-M), o risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros.

As aplicações financeiras são indexadas ao CDI (taxa pós-fixada com influência de expectativa inflacionária).

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considera como cenário I (provável) a média da taxa básica de juros para o ano de 2017 de 10,91% ao ano, conforme Relatório Focus de 20 de janeiro de 2017. Na projeção do cenário II (possível) a taxa básica foi reduzida em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2016 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Redução 25%	Cenário III Redução 50%
Média taxa básica de juros – (% aa)	13,75	10,91	8,18	5,46
Saldo de aplicações financeiras	245.584	268.066	262.445	256.825
Efeito líquido		22.482	16.861	11.241

Sensibilidade gerada apenas com base na oscilação da taxa de juros, ou seja, desconsiderando outras variáveis sobre o saldo aplicado.

(iii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contra partes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é rigorosamente monitorado e não há histórico material de perdas.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2016. No mercado interno, para o Ferrocromo, temos Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, temos Marubeni Corporation e Traxys. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia possui um planejamento contingencial que considera a substituição dos volumes de vendas negociadas com esses importantes clientes já que a perda de um deles poderá causar um efeito adverso nos resultados financeiros e operacionais.

Através de uma postura mais conservadora, a Companhia mantém aplicações com liquidez imediata e limita a contratação de novos empréstimos a 0,5 x EBITDA anual do orçamento, salvo autorização do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Risco de preço de *commodities*

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

(vi) Outros fatores de risco não financeiros

Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Riscos ambientais: a Companhia esta sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001. Na área de mineração a implantação destas normas está em andamento.

Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.

Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos sejam julgados inconstitucionais ou mesmo não renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Risco de energia elétrica: por sua característica eletrointensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinaram prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037.

Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	22.648	755	22.798	867
Aplicações em CDB (i)	113		3.812	3.587
Fundos de investimento (ii)	163.281	20.674	165.790	36.187
	<u>186.042</u>	<u>21.429</u>	<u>192.400</u>	<u>40.641</u>

(i) Na controladora, refere-se à aplicação financeira com taxa de remuneração de 90% do CDI, com liquidez diária, para garantia das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. No consolidado, contempla também operações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, cuja taxa de remuneração é de 99% do CDI (100% - 31/12/2015).

(ii) Operações em títulos através de fundos de investimentos, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 99% e 104% do CDI (entre 95% e 116% - 31/12/2015).

10 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Fundos de investimentos (i)	60.000	26.247	84.260	42.178
Não circulante				
Fundos de investimentos (i)	22.190	18.077	22.190	18.077
Letras financeiras (ii)			22.036	19.208
Aplicações em CDB		101		101
	<u>22.190</u>	<u>18.178</u>	<u>44.226</u>	<u>37.386</u>
Total das aplicações financeiras	<u>82.190</u>	<u>44.425</u>	<u>128.486</u>	<u>79.564</u>

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração medida pelo critério de marcação a mercado variou entre 97% e 135% do CDI. Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços em um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa.
- (ii) Letras financeiras com remuneração entre 104% e 106% do CDI.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Mercado interno	92.946	133.160
Mercado externo	43.115	19.886
	<u>136.061</u>	<u>153.046</u>

As contas a receber de mercado externo são em US dólar, convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

Devido ao curto prazo de vencimento das “contas a receber” (média 30 dias), a Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Abaixo demonstramos as contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
A vencer	132.035	149.544
Vencidas de 0-30 dias	3.646	2.887
Vencidas de 31-60 dias	5	214
Vencidas há mais de 60 dias	375	401
	<u>136.061</u>	<u>153.046</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 305 (2015 – R\$ 14). Para saldos vencidos e não provisionados no total de R\$ 4.026 (2015 - R\$ 3.502), a Companhia acredita que não existe risco de inadimplência.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Produtos acabados (i)	70.749	292.939	70.749	292.939
Matérias-primas	55.561	37.777	55.614	37.830
Minério de cromo	23.868	50.396	23.868	50.396
Materiais para manutenção (ii)	30.983	29.490	31.040	29.547
Outros	3.738	891	3.738	891
	<u>184.899</u>	<u>411.493</u>	<u>185.009</u>	<u>411.603</u>

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não circulante

Materiais para manutenção (ii)
Provisão para obsolescência (iii)

32.532 (11.869)	32.532 (14.450)	32.532 (11.869)	32.532 (14.450)
20.663	18.082	20.663	18.082
<u>205.562</u>	<u>429.575</u>	<u>205.672</u>	<u>429.685</u>

- (i) A redução no saldo dos produtos acabados para 31 de dezembro de 2016 é justificada, principalmente, pelo aumento de 28,0% nos volumes vendidos em relação a 2015 e pelo novo plano de estocagem, no qual a Companhia passou a operar dentro das novas condições do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado com a CHESF, com volume 30% inferior ao anteriormente contratado. Com isso, terminamos o ano de 2016 com uma redução de 18,8% na produção.
- (ii) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (iii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos. Ainda em 2016, a Companhia contratou uma empresa especializada para a realização de inventário de todo o seu Almoxarifado. Com base neste levantamento, a Companhia determinou uma reversão de R\$ 2.581 (2015 - Provisão de R\$ 3.232), no valor da referida provisão.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
COFINS e PIS a recuperar	3.541	5.324	3.546	5.329
IRPJ e CSLL	10.958	1.598	11.496	2.039
ICMS a recuperar	2.293	123	2.294	124
Outros	<u>413</u>	<u>413</u>	<u>413</u>	<u>413</u>
	<u>17.205</u>	<u>7.458</u>	<u>17.749</u>	<u>7.905</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar	6.708	8.739	6.708	8.739
COFINS e PIS a recuperar				161
Outros	<u>66</u>	<u>65</u>	<u>66</u>	<u>65</u>
	<u>6.774</u>	<u>8.804</u>	<u>6.774</u>	<u>8.965</u>
	<u>23.979</u>	<u>16.262</u>	<u>24.523</u>	<u>16.870</u>

Em 2016, a Companhia registrou créditos fiscais de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 20.751. Os créditos foram apurados seguindo os critérios legais e através de um forte planejamento tributário, com suporte de consultoria especializada. A variação ocorrida durante o exercício de 2016 decorre da constituição do referido crédito e das compensações realizadas com impostos da mesma natureza e/ou com outros impostos federais a pagar.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14 Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	2.167	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	9.915	8.618
	<u>12.082</u>	<u>10.618</u>
Não circulante		
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	12.167	14.000
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	43.702	51.711
	<u>55.869</u>	<u>65.711</u>
	<u>67.951</u>	<u>76.329</u>

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para a qual é emitida mensalmente, a partir de 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$ 167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 08 anos. O valor adiantado corresponde a R\$ 16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2016, o valor apropriado ao custo foi de R\$ 1.666;
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletrointensivas do Nordeste até o ano de 2037. O texto prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 08 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 09 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 1º de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 1º de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$ 65 milhões realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2016 o valor apropriado ao custo foi de R\$ 6.712.

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)
Provisão para causas judiciais	(45.231)	(32.102)	(45.231)	(32.102)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(11.868)	(18.781)	(11.868)	(18.781)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(12.457)	(20.616)	(12.457)	(20.616)
Provisão para passivo ambiental	(11.834)	(10.807)	(11.834)	(10.807)
Obrigações trabalhistas e atuariais (Nota 22)	(25.934)	(19.502)	(25.934)	(19.502)
Instrumentos financeiros de hedge (Nota 24)		(85.375)		(85.375)
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	(50.827)		(50.827)	
Outras provisões temporárias	(6.684)	(19.775)	(6.684)	(19.775)
Base de cálculo	<u>(164.835)</u>	<u>(206.958)</u>	<u>(164.835)</u>	<u>(206.958)</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	39.652	50.313	39.652	50.313
CSLL diferida à alíquota de 9%	<u>14.835</u>	<u>18.626</u>	<u>14.835</u>	<u>18.626</u>
IRPJ/CSLL diferido ativo	<u>54.487</u>	<u>68.939</u>	<u>54.487</u>	<u>68.939</u>

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.
- (ii) Base para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente (inedutível para efeito do IRPJ). O valor das participações nos lucros dos Administradores é de R\$ 6.226 (2015 - R\$ 5.712).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo imobilizado- <i>Deemed Cost</i>	58.810	58.810	63.385	63.385
Ativos biológicos	49.985	46.816	49.985	46.816
Instrumentos financeiros de hedge	16.311		16.311	
Depreciação acelerada	13.029	5.623	13.029	5.623
Base de cálculo	138.135	111.249	142.710	115.824
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(34.534)	(27.813)	(35.678)	(28.956)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(12.432)	(10.012)	(12.844)	(10.424)
IRPJ/CSLL diferido passivo	(46.966)	(37.825)	(48.522)	(39.380)
IRPJ/CSLL diferido líquido	7.521	31.114	5.965	29.559

A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2017	26.465	6.269	26.465	6.269
2018	231	663	231	663
2019	231	603	231	603
2020	231	543	231	543
2021	231	483	231	483
2022 em diante	27.098	38.405	27.098	39.961
	54.487	46.966	54.487	48.522

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas informações sejam divergentes dos dados reais apurados.

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos períodos são:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do IRPJ/CSLL	38.418	188.799	41.901	191.387
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(13.062)	(64.192)	(14.246)	(65.072)
Juros sobre capital próprio	22.333	25.596	22.333	25.596
Equivalência patrimonial	1.881	1.321		
Doações	(1.059)	(634)	(1.059)	(634)

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ganhos tributários (i)	11.198		11.198	
Outros	398	1.843	502	1.930
Incentivo fiscal SUDENE (ii)	9.553	20.493	9.553	20.493
	<u>31.242</u>	<u>(15.573)</u>	<u>28.281</u>	<u>(17.687)</u>
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (ii)	9.553	20.493	9.553	20.493
Corrente	11.198	(51.389)	8.237	(53.503)
Diferido	10.491	15.323	10.491	15.323
	<u>31.242</u>	<u>(15.573)</u>	<u>28.281</u>	<u>(17.687)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL				
	<u>31.242</u>	<u>(15.573)</u>	<u>28.281</u>	<u>(17.687)</u>

(i) Refere-se à exclusão da parcela do benefício do ICMS Desenvolve da base de cálculo do IRPJ e CSLL, referente aos anos de 2011 a 2015.

(ii) Refere-se ao complemento do incentivo SUDENE de 2015, por conta da não exclusão dos juros sobre o capital próprio no lucro da exploração.

Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015;
- Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.

As parcelas correspondentes aos incentivos de redução do imposto de renda e do ICMS Desenvolve são reconhecidas no resultado e ao final de cada exercício social são transferidas de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuídas aos acionistas.

16 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	3.738	1.837	3.747	1.846
Tributários	1.500	1.394	1.587	1.481
	<u>5.238</u>	<u>3.231</u>	<u>5.334</u>	<u>3.327</u>

Referem-se a depósitos associados a processos com probabilidade de perda remota ou possível, trabalhistas e tributários, estes com questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Investimentos

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intragrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre as controladas:

A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a *Japan Metals & Chems* - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.

A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal"), tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou (Prejuízo)	Participação da Companhia no PL das controladas	Participação da Companhia no resultado das controladas (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2015									
Silbasa	51,26	10.192	369	9.823	1.711	(738)	973	5.036	499
Jacurici	100	47.866	4.711	43.155	5.798	(2.603)	3.195	43.155	3.195
Reflora	99,96	2.999	9	2.990	330	(257)	73	2.990	73
Damacal	100	2.211	261	1.950	171	(54)	117	1.950	117
								<u>53.131</u>	<u>3.884</u>
31 de dezembro de 2016									
Silbasa	51,26	10.976	337	10.639	1.918	(848)	1.070	5.454	548
Jacurici	100	47.274	2.809	44.465	8.429	(3.726)	4.703	44.465	4.703
Reflora	99,96	3.122	7	3.115	405	(281)	124	3.114	124
Damacal	100	2.370	261	2.109	220	(62)	158	2.108	158
								<u>55.141</u>	<u>5.533</u>

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.655	43.174	2.917	1.843	52.589
Dividendos	(118)	(3.214)			(3.332)
Equivalência patrimonial	499	3.195	73	117	3.884
Baixas de projetos				(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.036	43.155	2.990	1.950	53.131
Dividendos	(130)	(3.393)			(3.523)
Equivalência patrimonial	548	4.703	124	158	5.533
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.454	44.465	3.114	2.108	55.141

Além dos investimentos em controladas, a Companhia possui outros investimentos no montante de R\$ 78.

18 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571
Terrenos	5.961	5.861	11.130	11.030
Edificações	103.707	82.898	104.582	83.928
Máquinas e equipamentos	254.014	232.572	254.177	232.772
Veículos e tratores	12.877	16.476	12.877	16.476
Móveis e utensílios	3.992	4.250	3.992	4.250
Informática	2.938	2.095	2.941	2.106
Desenvolvimento de minas (ii)	42.694	40.992	42.694	40.992
Provisão fechamento das minas (iii)	4.387	4.577	4.387	4.577
Em andamento e outros (iv)	100.119	102.256	101.584	103.721
	646.108	607.396	653.935	615.423

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.
- (iii) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2016, as imobilizações em andamento referem-se à construção e instalação de sistema de separação por raio x, adequação de área de corrida, fornos retangulares para produção de biorredutor.

Notas Explicativas

Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASANotas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora											
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	105.714	411.320	65.924	8.582	7.443	63.358	10.220	81.072	874.913
Adições e transferências			12.296	35.706	5.251	1.620	474	6.964	231	26.725	89.267
Baixas e outros				(23)	(496)		(191)			17	(693)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	115.419	5.861	118.010	447.003	70.679	10.202	7.726	70.322	10.451	107.814	963.487
Adições e transferências		100	25.837	53.945	3.138	564	1.826	4.152	341	(6.543)	83.360
Baixas e outros				1.479						5.480	6.959
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.419	5.961	143.847	502.427	73.817	10.766	9.552	74.474	10.792	106.751	1.053.806
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 31 de dezembro de 2014			(30.920)	(191.008)	(48.005)	(4.801)	(5.073)	(26.839)	(4.713)	(4.448)	(315.807)
Despesa de depreciação e exaustão			(4.192)	(24.157)	(6.664)	(1.151)	(747)	(2.491)	(1.161)	(1.110)	(41.673)
Baixas e outros					466		189				655
Amortização reinvestimento				734							734
Saldo em 31 de dezembro de 2015			(35.112)	(214.431)	(54.203)	(5.952)	(5.631)	(29.330)	(5.874)	(5.558)	(356.091)
Despesa de depreciação e exaustão			(5.028)	(34.716)	(6.737)	(822)	(983)	(2.450)	(531)	(1.074)	(52.341)
Amortização reinvestimento				734							734
Saldo em 31 de dezembro de 2016			(40.140)	(248.413)	(60.940)	(6.774)	(6.614)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(407.698)
Saldos líquidos em:											
31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	74.794	220.312	17.919	3.781	2.370	36.519	5.507	76.624	559.106
31 de dezembro de 2015	115.419	5.861	82.898	232.572	16.476	4.250	2.095	40.992	4.577	102.256	607.396
31 de dezembro de 2016	115.419	5.961	103.707	254.014	12.877	3.992	2.938	42.694	4.387	100.119	646.108
Consolidado											
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2014	115.571	11.030	110.062	417.882	74.711	8.646	7.676	63.358	10.220	82.537	901.693
Adições e transferências			12.296	35.706	5.251	1.620	474	6.964	231	26.725	89.267
Baixas e outros				(23)	(496)		(191)			17	(693)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	115.571	11.030	122.358	453.565	79.466	10.266	7.959	70.322	10.451	109.279	990.267
Adições e transferências		100	25.837	53.945	3.138	564	1.826	4.152	341	(6.543)	83.360
Baixas e outros				1.479						5.480	6.959
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.571	11.130	148.195	508.989	82.604	10.830	9.785	74.474	10.792	108.216	1.080.586
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 31 de dezembro de 2014			(34.079)	(197.332)	(56.792)	(4.865)	(5.291)	(26.839)	(4.713)	(4.448)	(334.359)
Despesa de depreciação e exaustão			(4.351)	(24.195)	(6.664)	(1.151)	(751)	(2.491)	(1.161)	(1.110)	(41.874)
Baixas e outros					466		189				655
Amortização reinvestimento				734							734
Saldo em 31 de dezembro de 2015			(38.430)	(220.793)	(62.990)	(6.016)	(5.853)	(29.330)	(5.874)	(5.558)	(374.844)
Despesa de depreciação e exaustão			(5.183)	(34.753)	(6.737)	(822)	(991)	(2.450)	(531)	(1.074)	(52.541)
Amortização reinvestimento				734							734
Saldo em 31 de dezembro de 2016			(43.613)	(254.812)	(69.727)	(6.838)	(6.844)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(426.631)
Saldos líquidos em											
31 de dezembro de 2014	115.571	11.030	75.983	220.550	17.919	3.781	2.385	36.519	5.507	78.089	567.334
31 de dezembro de 2015	115.571	11.030	83.928	232.772	16.476	4.250	2.106	40.992	4.577	103.721	615.423
31 de dezembro de 2016	115.571	11.130	104.582	254.177	12.877	3.992	2.941	42.694	4.387	101.584	653.933

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear, aplicáveis ao exercício de 2015:

	<u>Vida útil anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 363 (2015 - R\$ 635), líquidos de depreciação.

19 Ativo biológico

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor, que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia. A Companhia possui a área total de 64.070 hectares, sendo que deste total, 25.648 hectares encontram-se plantados.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
No início do exercício	188.902	172.939
Plantios e manutenção	21.792	21.379
Exaustão	(36.813)	(30.894)
Variação de valor justo	23.985	25.478
No final do exercício	197.866	188.902

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Área de efetivo plantio (hectare)	25.648	25.648
Incremento médio anual (IMA) – st/hectare	55,00	49,70
Preço médio de venda – R\$/m3	57,04	57,04
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	534,00	450,00
Taxa de desconto - %	13,57%	14,68%

A Companhia possui 5.531 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$ 16.578. No exercício de 2016 foram liberados R\$ 3.501 desta linha em consonância ao cronograma de plantio.

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/ CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Energia elétrica	12.790	28.595	12.790	28.595
Matéria-prima e insumos	16.802	20.244	16.802	20.244
Outros fornecedores	15.633	18.943	15.596	18.943
	<u>45.225</u>	<u>67.782</u>	<u>45.188</u>	<u>67.782</u>

21 Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Circulante		
Financiamentos (i)	3.142	1.226
Leasing	245	737
	<u>3.387</u>	<u>1.963</u>
Não circulante		
Financiamentos (i)	35.972	15.865
Leasing	10	
	<u>35.982</u>	<u>15.865</u>
	<u>39.369</u>	<u>17.828</u>

Trata-se de capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimentos na área florestal. Em 31 de dezembro de 2016, foram liberados cerca de R\$ 20.075.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O quadro abaixo demonstra os saldos, custos e vencimentos dos empréstimos:

Modalidade	R\$ mil	Vencimentos	Encargos a.a.	Amortização	Garantias
FNE (BNB)	15.806	2021	8,5%	Mensal	Carta Fiança
FINAME	193	2022	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	4.105	2023	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.857	2023	3,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	276	2023	4,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	3.022	2023	TJLP + 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	4.016	2024	6,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	9.839	2022	TJLP + 1,52%	Mensal	Hipoteca de terreno

A Companhia possui em seus contratos, cláusulas restritivas não financeiras que foram cumpridas na data base das demonstrações financeiras.

22 Obrigações trabalhistas e atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)
Circulante				
Salários e encargos	11.158	11.771	11.186	11.808
Provisões trabalhistas e encargos	16.028	18.960	16.028	18.960
Participações nos lucros (i)	12.457	20.616	12.457	20.616
	39.643	51.347	39.671	51.384
Não circulante				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	25.934	19.502	25.934	19.502
	65.577	70.849	65.605	70.886

- (i) O estatuto social da Companhia estabelece que do resultado do exercício, serão destinados até 10% para distribuição aos empregados e até 10% para gratificação aos administradores. No exercício de 2016, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados, nos montantes de R\$ 6.226 (2015 - R\$ 5.712) e R\$ 6.231 (2015 - R\$ 14.904), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebem salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Para este grupo, a Companhia procedeu com um cálculo de expectativa do valor justo e possui provisão em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 7.141 (2015 - R\$ 6.213 - reapresentado). O principal efeito da variação foi a mudança das taxas entre os exercícios de 2016 e de 2015.

Adicionalmente a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial. As condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano. O montante registrado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 18.793 (2015 - R\$ 13.289).

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Previdência Privada (Reapresentado)</u>
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	13.289	6.213
Custo de serviço corrente	1.111	688
Juros sobre a obrigação atuaria	2.118	942
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(575)	(887)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	2.850	185
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	<u>18.793</u>	<u>7.141</u>

- (b) Apresentamos a seguir os ganhos e perdas atuariais no período sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes.

	<u>Plano de Saúde</u>	<u>Previdência Privada (Reapresentado)</u>
Ganho/(Perda) atuarial por mudança de premissa	(708)	269
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas		
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	(2.142)	(454)
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	<u>(2.850)</u>	<u>(185)</u>

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria.

	<u>Plano de Saúde</u>		<u>Previdência Privada</u>	
	<u>Passivo</u>	<u>Impacto*</u>	<u>Passivo</u>	<u>Impacto*</u>
Cenário base	<u>18.793</u>		<u>7.141</u>	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade	19.107	1,67%	7.152	0,15%
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	19.842	5,60%	7.351	2,94%
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	20.978	11,60%		
Permanência no plano – 100% (cenário de agravamento)	22.377	19,08%		
Permanência no plano – 50% (cenário de suavização)	15.984	(14,95%)		

*Impacto apurado em relação ao cenário base.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Premissas atuariais	
	2016	2015
Taxa de desconto real - % a.a.	6,01	7,20
Taxa esperada de inflação - % a.a.	5,48	8,47
Taxa de rotatividade - % a.a.	11,70	11,70
Crescimento real dos custos médicos - % a.a.	5,00	5,00
Crescimento de custos médicos por envelhecimento - % a.a.	3,00	3,00
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	75,00	75,00
Elegibilidade à aposentadoria	60 anos de idade e 10 de contribuição	60 anos de idade e 10 de contribuição

23 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante:				
IRPJ e CSLL (i)		5.056	320	5.136
IPI	2.901	2.057	2.901	2.057
ICMS	3.182	1.875	3.182	1.875
IRRF a recolher	1.836	1.855	1.844	1.878
PIS e COFINS	3.051	847	3.089	887
Outros	646	854	646	854
	11.616	12.544	11.982	12.687
Não circulante:				
PIS e COFINS			87	87
ICMS -Desenvolve	310		310	
	310		397	87
	11.926	12.544	12.379	12.774

(i) Não houve registro de IRPJ/CSLL corrente no exercício de 2016, devido a prejuízo fiscal, reflexo, principalmente, do benefício do juros sobre o capital próprio e de reversões.

24 Instrumento financeiro derivativo

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar a termo (*non deliverable forward* - "NDF") para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, definido em política interna, aprovada pela Administração, conforme descrito na Nota 5.3.

A metodologia de determinação do valor das NDF é a de marcação a mercado, utilizando taxas referenciais da BMF&Bovespa.

A Companhia e suas controladas não fazem aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016 designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado				
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2017	NDF	21.250	10.927	Vendas futuras
2º trimestre de 2017	NDF	11.000	3.438	Vendas futuras
3º trimestre de 2017	NDF	6.000	1.276	Vendas futuras
4º trimestre de 2017	NDF	3.000	670	Vendas futuras
		<u>41.250</u>	<u>16.311</u>	

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu com a avaliação de seus contratos (NDF) em aberto. O montante de R\$ 16.311 foi considerado efetivo, para fins de *hedge accounting* e registrado no patrimônio líquido.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015 designados e não designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

Controladora e Consolidado				
Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2016	NDF	43.500	(21.868)	Vendas futuras
2º trimestre de 2016	NDF	43.500	(20.483)	Vendas futuras
3º trimestre de 2016	NDF	43.500	(20.525)	Vendas futuras
4º trimestre de 2016	NDF	43.500	(22.499)	Vendas futuras
		<u>174.000</u>	<u>(85.375)</u>	

25 Provisão para fechamentos de minas

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações das minas. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

A taxa de juros anual de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 foi de 14,68%. A movimentação da provisão está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
No início do exercício	15.384	14.236
Adição	341	231
Baixa	(594)	(656)
Atualização monetária	1.091	1.573
No final do exercício	<u>16.222</u>	<u>15.384</u>

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****26 Provisão para contingências**

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	Possível	Provável	Total
Tributária / Administrativa	15.366	37.773	53.139
Trabalhistas	1.985	6.055	8.040
Cíveis	75.860	1.403	77.263
	<u>93.211</u>	<u>45.231</u>	<u>138.442</u>

A Companhia possui ainda processos administrativos que montam R\$ 94.453, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível.

(a) Processos provisionados e com risco de perda provável:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	10.452	9.167
PIS e COFINS (ii)	9.722	8.669
Tarifas CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (iii)	16.720	5.744
Outros	879	2.390
Trabalhistas:		
Horas in itinere (iv)	2.623	2.571
Outros trabalhistas (v)	3.432	1.701
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (vi)	1.403	1.309
Outros		551
	<u>45.231</u>	<u>32.102</u>

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada em julho de 2007 pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou suas defesas/recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança. Superada a fase administrativa, a Companhia intentará ação judicial requerendo a anulação dos respectivos autos, instância onde as chances de êxito são maiores. Embora os autos totalizem R\$ 68.081, a Companhia entende que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$ 10.452 (2015 - R\$ 9.167) para cobrir a parcela do questionamento, que acredita ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$ 9.722 (2015 - R\$ 8.526) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da
Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) A Companhia participa de uma ação ajuizada pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à conta de desenvolvimento energético - CDE, cuja provisão em 31 de dezembro de 2016 monta R\$ 16.720 (2015 - R\$ 5.744).
- (iv) Horas *in itinere*: O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação requerendo o reconhecimento das horas de transporte de/para a mineração (*in itinere*), bem como está requerendo o pagamento de dano moral coletivo. Embora o valor dado à causa totalize R\$ 26.000, a Companhia julga que o risco é remoto para o questionamento, mas registrou provisão de R\$ 2.623 (2015 - R\$ 2.571) que considera ser suficiente para cobrir a perda provável em face da sentença de primeiro grau.
- (v) Outros trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). São ao todo 176 processos em 31 de dezembro de 2016 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte – é de R\$ 3.432 (2015 - R\$ 1.701).
- (vi) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 1.403 (2015 - R\$ 1.309) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.

Movimentação das provisões:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	3.730	16.825	2.603	23.158
Novos processos/complementos	792	8.050	427	9.269
Reversões	(111)	(980)	(1.170)	(2.261)
Baixa por pagamento	(139)			(139)
Atualizações monetárias		2.075		2.075
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.272	25.970	1.860	32.102
Novos processos/complementos	3.539	17.587	94	21.220
Reversões	(1.511)	(8.266)	(551)	(10.328)
Baixa por pagamento	(245)			(245)
Atualizações monetárias		2.482		2.482
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.055	37.773	1.403	45.231

- (b) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

Administrativos tributários: A Companhia foi atuada pela Prefeitura Municipal de Queimadas por irregularidade nos seus processos minerários e considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 457.

A Superintendência Regional do Trabalho do Estado da Bahia atuou a Companhia em questões referentes ao cumprimento da jornada de trabalho e condições de segurança no ambiente de trabalho. A parcela de risco considerada como possível totaliza R\$ 23.

Notas Explicativas**Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Compensação saldo negativo CSLL: A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais (Per/Dcomp) junto à Delegacia da Receita federal de Camaçari. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$ 6.354.

PIS e COFINS: No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2005 e 2006, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$ 8.532, sendo esta parcela considerada risco possível.

Trabalhistas: Aproximadamente 35 processos movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária para os quais os advogados externos entendem que a perda é possível. O risco estimado destes processos é R\$ 1.985.

Cíveis: A Companhia possui 03 processos de ações indenizatórias por danos morais e reintegração de posse. O risco é considerado possível e totaliza R\$ 433.

A Companhia possui três ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se encontram em fase de discussão judicial (valor das indenizações), estando uma em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

27 Saldos e transações com partes relacionadas

	<u>Resultado</u>		<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>		
	<u>Custos com arrendamento (i)</u>	<u>Receita de vendas (ii)</u>	<u>Contas a receber de clientes (iii)</u>	<u>Dividendos a receber (iv)</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Dividendos Propostos (v)</u>	<u>Juros sobre o capital próprio (v)</u>
Controladora							
Fundação José Carvalho						5.802	35.508
Controladas							
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	840			130			
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360			1.117			
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60						
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36						
Parte relacionada							
Marubeni Corporation		111.427	9.210				
Total em 31 de dezembro de 2016	1.296	111.427	9.210	1.247		5.802	35.508
Total em 31 de dezembro de 2015	1.296	144.190	1.744	3.332			

- (i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas.
- (ii) Receita por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iii) Contas a receber por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iv) Dividendos propostos com base no lucro ajustado do exercício de 2016.
- (v) Juros sobre o capital próprio sobre saldo de reservas de lucro, distribuído com base na reunião do Conselho de Administração de 07 de dezembro de 2016.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

Notas Explicativas

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários (i)	8.031	7.283	8.602	7.774
Encargos sociais	1.607	1.459	1.721	1.556
Benefícios	932	778	932	778
Participação nos lucros	6.226	5.712	6.226	5.712
	<u>16.796</u>	<u>15.232</u>	<u>17.481</u>	<u>15.820</u>

(i) Aprovados em Assembleias Geral Ordinária da Controladora e Controladas.

28 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 1.102.073 para R\$ 1.116.677, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 14.604. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações. O capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

	2016		2015	
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	29.086.696	18.044.000	29.086.696	18.115.600
Norges Bank		2.574.600		2.649.600
Dimensional Funds		2.010.115		
VBI Fundo Investimento		1.315.000	6.600	4.661.500
Credit Suisse Fund		1.000.005		1.000.005
F.I. Fator Jaburá		1.000.000		30.000
Fundos Fator Sinergia IV				1.709.700
Outros acionistas	313.304	29.752.980	306.704	27.530.295
Ações em tesouraria	<u>40.000</u>	<u>3.183.300</u>	<u>40.000</u>	<u>3.183.300</u>
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

b) Ações em tesouraria

A Companhia mantinha um programa de recompra de ações PN até o limite de 10% das ações em circulação (4.346.400 PN), com prazo de vigência até 30 de julho de 2016. Em 29 de julho de 2016, a Reunião do Conselho de Administração, aprovou o encerramento do referido programa. A Companhia adquiriu 3.183.300 PN a um custo médio de R\$ 8,07 por ação.

As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada no momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado.

Notas Explicativas

As ações preferenciais em tesouraria têm como objetivo a posterior alienação, ou cancelamento, dentre outros. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em BM&FBOVESPA é como segue:

	2016		2015	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	3.183.300	40.000
Cotação por ação na BM&FBOVESPA - R\$ por ação	7,76	11,60	7,06	9,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

c) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- (ii) A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. Esta reserva contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.
- (iii) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)
Custo atribuído terras (i)	61.830	61.830	66.404	66.404
Ajustes instrumentos financeiros (Nota 24)	16.311	(77.257)	16.311	(77.257)
Atuarial - pós emprego (Nota 22)	(8.350)	(5.315)	(8.350)	(5.315)
Impostos diferidos	(22.703)	8.078	(24.258)	6.523
	<u>47.088</u>	<u>(12.664)</u>	<u>50.107</u>	<u>(9.645)</u>

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado (“*deemed cost*”) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
(=) Lucro líquido do exercício	69.660	173.226
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(3.483)	(8.661)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	(23.180)	(21.227)
(=) Lucro base ajustado para distribuição	42.997	143.338
Dividendos		
Ações ordinárias	3.486	15.040
Ações preferenciais	7.263	31.567
	10.749	46.607
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	25%	33%
Dividendos		
Ações ordinárias	697	9.298
Ações preferenciais	1.453	19.377
	2.150	28.675
Total de dividendos a distribuir	12.899	75.282
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	30%	53%

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

Além da destinação com o lucro do exercício de 2016, o Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberação tomada em reunião realizada em 07 de dezembro de 2016, aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor global de R\$ 65.684 e os recursos foram provenientes do saldo parcial da reserva de lucro estatutária de exercícios anteriores.

29 Lucro por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - "Resultado por Ação", o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais, potenciais diluidoras.

	Operações continuadas	
	2016	2015
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	69.660	173.226
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível		
as ações ordinárias	22.588	56.171
as ações preferenciais	47.072	117.055
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações		
ordinárias emitidas	29.400.000	29.400.000
preferenciais emitidas	55.696.700	55.696.700
Resultado básico/diluído por ação (em R\$)		
as ações ordinárias	0,7683	1,9106
as ações preferenciais	0,8451	2,1016

Notas Explicativas**30 Receita líquida de vendas**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	862.210	913.933	862.210	913.933
Mercado externo (i)	436.879	246.460	436.879	246.460
	<u>1.299.089</u>	<u>1.160.393</u>	<u>1.299.089</u>	<u>1.160.393</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(6.463)	(14.801)	(6.463)	(14.801)
Impostos sobre vendas	(196.352)	(209.243)	(194.472)	(209.362)
	<u>(202.815)</u>	<u>(224.044)</u>	<u>(202.935)</u>	<u>(224.163)</u>
	<u>1.096.274</u>	<u>936.349</u>	<u>1.096.154</u>	<u>936.230</u>

(i) O aumento no mercado externo é reflexo do acréscimo de 110% nos volumes das vendas e da exportação de minério de cromo realizada em dezembro de 2016, com volume de 54 mil toneladas.

31 Despesas por natureza - operacionais, custos dos produtos vendidos e outras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos (i)	(947.521)	(608.234)	(946.425)	(607.127)
Despesas com vendas	(21.632)	(11.056)	(21.632)	(11.056)
Despesas gerais e administrativas	(64.420)	(59.093)	(64.658)	(59.310)
Honorários dos administradores	(10.571)	(15.232)	(11.256)	(15.820)
Participação nos lucros	(12.457)	(14.904)	(12.457)	(14.904)
Outras receitas (despesas), líquidas (iii)	(58.437)	(37.390)	(58.897)	(37.804)
	<u>(1.115.038)</u>	<u>(745.909)</u>	<u>(1.115.325)</u>	<u>(746.021)</u>

Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(639.141)	(319.909)	(638.083)	(320.408)
Custo da capacidade ociosa	(30.953)	(2.889)	(30.953)	(2.889)
Despesas com prestação de serviços	(56.682)	(55.241)	(56.682)	(55.241)
Despesas com pessoal (ii)	(214.705)	(238.782)	(215.390)	(238.194)
Despesas com aluguel de equipamentos	(9.421)	(7.768)	(9.421)	(7.768)
Despesas com manutenção e reparos	(35.523)	(29.634)	(35.523)	(29.634)
Despesas depreciação e exaustão	(78.408)	(54.111)	(78.608)	(54.312)
Provisões para passivos eventuais	(10.648)	(7.008)	(10.648)	(7.008)
Combustíveis e lubrificantes	(16.038)	(8.943)	(16.038)	(8.943)
Outras despesas	(23.519)	(21.624)	(23.979)	(21.624)
	<u>(1.115.038)</u>	<u>(745.909)</u>	<u>(1.115.325)</u>	<u>(746.021)</u>

(i) O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 947.521, representando um aumento de 55,8%, em relação ao mesmo período de 2015. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento no volume de vendas, pelo aumento da tarifa de energia elétrica e pela redução na escala de produção da Companhia, reconhecido como capacidade ociosa, resultando no aumento do custo fixo. Os custos dos produtos vendidos incluem:

(a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem nas minerações.

Notas Explicativas

(b) A Companhia importa coque metalúrgico (“*met coke*”) reativo (commodity disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.

(c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), por modal ferroviário.

(ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

(iii) Abaixo demonstramos a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Política de sucessão		(3.228)		(3.228)
Benefícios pós-emprego	(3.397)	(14.187)	(3.397)	(14.187)
Impostos e contribuições	(3.719)	(1.949)	(3.719)	(1.949)
Responsabilidade social e empresarial	(2.958)	(1.807)	(2.958)	(1.807)
Provisões para passivos eventuais	(10.648)	(7.008)	(10.648)	(7.008)
Cessão de energia elétrica	(34.755)		(34.755)	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.960)	(9.211)	(3.420)	(9.625)
	(58.437)	(37.390)	(58.897)	(37.804)

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	19.832	22.125	26.948	28.931
Variação cambial	5.346	4.511	5.345	4.511
Outras receitas (i)	14.791	2.890	17.221	2.917
	39.969	29.526	49.514	36.359
Despesas financeiras				
Variação cambial	(12.834)	(3.216)	(12.834)	(3.216)
Atualização provisão para fechamento das minas	(1.091)	(1.573)	(1.090)	(1.573)
Juros pagos ou incorridos	(2.365)	(1.271)	(2.488)	(1.273)
Outras despesas	(2.739)	(2.648)	(2.739)	(2.776)
	(19.029)	(8.708)	(19.151)	(8.838)
Instrumento Financeiro de Hedge (Nota 18)				
Variação no hedge ativa	55.873	1.202	55.873	1.202
Variação no hedge passiva	(49.149)	(53.023)	(49.149)	(53.023)
	6.724	(51.821)	6.724	(51.821)
	27.664	(31.003)	37.087	(24.300)

(i) Incluem a atualização do contrato de adiantamento de energia com a CHESF e correção monetária do processo da Eletrobrás.

33 Segmentos operacionais

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto e baixo carbono.

Segmento de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75 especial e o silício 75 *standard*.

Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

Notas Explicativas**Informações consolidadas dos segmentos operacionais.**

	Ligas de cromo		Ligas de silício		Outros segmentos		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vendas líquidas								
Mercado interno	523.480	505.111	110.595	148.158	31.603	37.816	665.678	691.085
Mercado externo	150.226	79.905	236.586	165.240	43.664		430.476	245.145
	673.706	585.016	347.181	313.398	75.267	37.816	1.096.154	936.230
Custo dos produtos vendidos	(544.978)	(398.466)	(310.702)	(176.529)	(90.745)	(32.132)	(946.425)	(607.127)
Varição do valor justo ativos biológicos					23.985	25.478	23.985	25.478
Lucro bruto	128.728	186.550	36.479	136.869	8.507	31.162	173.714	354.581
Despesas operacionais	(103.807)	(85.757)	(53.495)	(46.494)	(11.597)	(6.643)	(168.900)	(138.894)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	24.921	100.793	(17.016)	90.375	(3.090)	24.519	4.814	215.687
Vendas de produtos (toneladas)								
Mercado interno	138.673	126.962	31.308	34.005			169.981	160.967
Mercado externo	27.986	13.424	64.523	30.686			92.509	44.110
	166.659	140.386	95.831	64.691			262.490	205.077

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

34 Compromissos

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, para vigência até o próximo aditamento contratual. O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2015 a abril de 2016 totaliza R\$ 108 por mês. A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2016 e de 2015.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 31.222 (2015 - R\$ 30.753).

* * *

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio
Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 61263/O - O-T-BA

Proposta de Orçamento de Capital

ANEXO ARCA DE 08/03/2017

ORÇAMENTO DE CAPITAL

(Para fins do Art. 196 da Lei Nº 6.404/76)

1. Proposta de destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresenta-se como segue:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	69.660.325,45
Valores lançados diretamente à conta de Lucros Acumulados:	
Reserva Legal	(3.483.016,27)
Dividendos Propostos	(12.899.066,70)
Reservas Incentivos Fiscais	(23.180.420,16)
Reserva para Investimentos	(30.097.822,32)

Nota: O montante de lucros retidos, na rubrica "Reserva para Investimentos", no valor de R\$ 30.097.822,32 visa fazer frente a parte dos investimentos propostos pela Administração para o triênio 2017-2019.

2. Proposta de orçamento de capital para o triênio: 2017 - 2019

<u>Origens de Recursos</u>	<u>R\$</u>
Recursos Próprios *	243.000.000,00
Recursos de Terceiros**	57.000.000,00
Total das Origens	300.000.000,00
<u>Aplicações de Recursos</u>	<u>R\$</u>
Metalurgia	90.000.000,00
Mineração	135.000.000,00
Silvicultura/Carvoejamento	57.000.000,00
Corporativo	18.000.000,00
Total das Aplicações	300.000.000,00

(*) Recursos decorrentes dos resultados da Companhia.

(**) Financiamentos interno ou externo

3. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Dentro do limite do capital autorizado)	<u>R\$</u>
Capital Social aprovado na RCA de 02/03/2016	1.116.676.965,75
Reserva de incentivos fiscais	108.766.651,90
Novo Capital Social	1.225.443.617,65

O Capital autorizado é R\$ 1.500.000.000,00 aprovado na AGOE de 28/04/2015.

Salvador, 10 de março de 2017.

Geraldo de Oliveira Lopes
Secretário

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores
Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA e da Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos (Notas 4 e 19 às demonstrações financeiras)

A Companhia mensura o valor justo das suas florestas de eucalipto através de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da administração, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de desconto. Além disso, parte das premissas considera dados não observáveis de mercado. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício.

Os procedimentos de auditoria aplicados incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles de avaliação e mensuração dos ativos biológicos e teste sobre a integridade do modelo de fluxo de caixa descontado utilizado para a estimativa do valor justo das florestas.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos a razoabilidade do modelo, comparando as principais premissas com fontes externas, projeções e indicadores de preço de commodities, assim como levamos em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram o modelo utilizado.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes cenários de preços de madeira, taxas de desconto e custos projetados pela Companhia, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas.

Consideramos que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis, e as divulgações efetuadas estão consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Instrumentos financeiros de proteção cambial (Notas 4 e 24 às demonstrações financeiras)

Os preços dos principais produtos comercializados pela Companhia são referenciados pela moeda americana (Dólar). Para reduzir o risco de variação cambial, a Companhia contrata operações de proteção (hedge) para determinadas transações de vendas previstas e consideradas como altamente prováveis para os próximos 12 meses. As operações de hedge são realizadas mediante contratação de venda de dólares a termo, considerando a projeção de faturamento mensal.

O reconhecimento das variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o momento das correspondentes vendas depende da sua designação e qualificação como de proteção (hedge) de fluxo de caixa. Além disso, o cálculo da efetividade da proteção (hedge) também determina quanto dessa variação será reconhecida no resultado do exercício e quanto será reconhecida no patrimônio líquido.

Essa área é foco de auditoria devido à complexidade da documentação e dos cálculos, e o julgamento e requisitos de governança, bem como de divulgação, envolvidos na definição da política de contabilidade de hedge, que pode ter impacto relevante na determinação do resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Entendimento do desenho dos controles para identificação, mensuração, registro e divulgação de instrumentos financeiros de proteção cambial.

Inspeção dos principais documentos da administração que suportam a designação e qualificação do instrumento como hedge de fluxo de caixa, bem como análise das definições dos modelos de avaliação do valor justo.

Confirmação externa dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, com o apoio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, verificamos a razoabilidade e uniformidade do método aplicado para cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos, bem como testamos a efetividade do hedge e o cálculo de valorização de determinadas operações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e na aplicação da contabilidade de hedge estão consistentes com os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para fechamento de minas (Notas 4 e 25 às demonstrações financeiras)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta provisão para o fechamento de minas, no montante de R\$ 16.222 mil. O cálculo dessa provisão envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, devido à complexidade inerente à estimativa do prazo e do valor dos custos futuros a serem incorridos no descarte dos equipamentos e estruturas civis e na recuperação dos danos ambientais, e na determinação da taxa de desconto apropriada para descontar esses fluxos de pagamento a valor presente.

Realizamos, dentre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

Avaliamos a consistência entre a política contábil definida pela Companhia relativamente à provisão para fechamento de minas e os procedimentos por ela adotados para a determinação da provisão e suas respectivas divulgações.

Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos especialistas da administração que efetuaram os cálculos das estimativas de custo a serem incorridos no fechamento das minas.

Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, bem como testamos as movimentações ocorridas no ano e os cálculos de atualização monetária da provisão.

Os resultados de nossos procedimentos demonstram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Planos de benefícios pós emprego (Nota 4 e 22 às demonstrações financeiras)

A Companhia tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, referentes a assistência médica e previdência privada, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade.

Alterações nas premissas utilizadas ou diferenças entre tais premissas e os dados reais apurados podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido e, conseqüentemente, nos resultados das operações da Companhia, razão pela qual esse foi considerado um assunto significativo de auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos:

Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 10 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Fabio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" BA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, no uso de suas atribuições legais, consoante às disposições do artigo 163 da lei nº. 6.404/76, e ainda em cumprimento às normas estatutárias, em reunião realizada em 10 de março de 2017, no escritório corporativo da Companhia, examinou as demonstrações financeiras e as notas explicativas, o relatório da administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 2016, bem como as propostas nele contidas, dentre as quais a proposta de orçamento de capital para o exercício 2017, a proposta de distribuição de dividendos e a proposta de aumento do capital social autorizado, todos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017. Com base nos exames efetuados e considerando-se, ainda, o parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers (“PwC”), apresentando o relatório conclusivo dos auditores independentes, emitido sem quaisquer ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, abaixo-firmados, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos e propostas para apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária, referente ao exercício social de 2016.

Salvador, 10 de março de 2017.

Getúlio Lamartine de Paula Fonseca
Conselheiro

Tatiane dos Santos Gubert
Conselheira

Massao Fábio Oya
Conselheiro Suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FERBASA e controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Salvador, 10 de março de 2017.

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Antônio Rosalvo Filho
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial e de Engenharia

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Financeiro

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Mineração

Rafael Machado Tibo
Diretor Presidente, Novos Negócios e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FERBASA e controladas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Salvador, 10 de março de 2017.

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Antônio Rosalvo Filho
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial e de Engenharia

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Financeiro

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Mineração

Rafael Machado Tibo
Diretor Presidente, Novos Negócios e de Relações com Investidores